

I. INTRODUÇÃO

A execução do orçamento da receita do ano de 2006 foi respectivamente de 74,97% relativamente ao orçamento inicial e de 71,33% relativamente ao orçamento corrigido. O Orçamento da despesa atingiu a execução de 74,255 relativamente ao orçamento inicial e 70,65% relativamente ao orçamento corrigido. Para um orçamento previsional inicial de receita de 36.965.800 euros, obteve-se uma execução de 27.446.874,57 euros. A execução da receita corrente foi de 107,75% e a de capital de 41,22%.

Estando a média de execução dos Municípios (ano de 2003), em 66%, significa que desde o ano de 1998, o Município de Bragança, tem em todos os anos obtido valores de execução significativamente superiores à média. Importa também comparar a receita total per capita do Município no ano de 2006, (789,3€), com a média do todo nacional no ano de 2003 (664,5€). No mesmo ano, este valor em Bragança foi de 1064,03€.

A diminuição da receita global relativamente ao ano anterior, teve como principal causa a não concretização da previsão do recebimento das receitas de capital, nomeadamente no que concerne às transferências de capital, com uma receita cobrada no valor de 7.506.865,64, resultado de atrasos de recebimentos de verbas FEDER e a não concretização da venda de bens de investimento e o não recurso ao crédito. Em termos comparativos com o ano de 2003, ano de máxima realização de receitas de capital, é de salientar encontrarmo-nos em fase de encerramento do III QCA e por isso até meio do ano de 2008, a tendência será de diminuição, conforme já anteriormente referido.

A estrutura de execução orçamental evidencia um bom equilíbrio, sendo as receitas correntes de 20.189.166,01 euros, valor superior às de 2005 que registaram o valor de 19.616.737,89. Ao nível das despesas correntes, no ano de 2006 regista-se um montante de 14.742.672,47, montante inferior ao verificado em 2005 em 796.805,91. Assim no ano de 2006 verifica-se uma poupança corrente utilizada para investimento, situação que vem sendo consolidada desde o ano de 1998, tendência que deve ser continuada.

No ano de 2006, as receitas correntes tiveram um peso de 72,85% e as de capital 27,09%. Ao comparar com a média dos 308 Municípios do país (65% de receitas correntes e 35% de capital), constatamos, observando o ciclo de gestão a partir de 1998, que têm sido registados valores de receita corrente inferior à média nacional, excepto no ano de 2006.

A gestão municipal deve ter presente um significativo e também equilibrado esforço de arrecadação de receitas correntes, já que representam fluxos financeiros mais estáveis comparativamente às receitas de capital, por o acesso a estas tenderem a diminuir, por limitações progressivas de acesso a apoios comunitários e limitações ao endividamento. Exigem-se pois políticas de elevado rigor, a adopção de medidas nem sempre fáceis, mas necessárias tendo ainda em conta o facto de nos situarmos na sub-região de Alto Trás-os-Montes, a mais deprimida do país, uma das mais pobres da Europa (a mais pobre da Europa a 15).

O crescimento do orçamento, tenderá a ser feito à custa de receitas próprias, o que não é muito fácil, se considerarmos que o Município é em área o sétimo maior do país, com uma baixa densidade populacional (29 hab./Km², note-se que 75 Municípios têm densidades mais baixas), de matriz territorial predominantemente rural, população envelhecida, áreas rurais cada dia mais despovoadas, problema número um do interior do país, que tem sido conduzido para uma situação de desigualdades crescentes entre o interior e o litoral.

A receita corrente de 2006, subiu relativamente ao ano de 2005 em 2,92%, valor aceitável tendo em conta tratar-se de um ano em que a economia do país esteve estagnada, com a conseqüente diminuição da cobrança de impostos, tanto directos como indirectos, em que ocorreu diminuição de 4,75%, (com destaque para o IMI e o IMT) e 21,13% respectivamente. Os rendimentos de propriedade tiveram um crescimento de 4,05%; as transferências correntes cresceram 7,32%; a venda de bens e serviços correntes tiveram um crescimento de 4,21%.

A receita de capital regista em 2006 o valor de 7.507.687,14 euros, valor consideravelmente inferior ao registado em 2005, com uma diminuição de 31,44%, valor originado pela não obtenção de receitas provenientes da venda de bens de investimento e empréstimos e terem-se verificado grandes atrasos na transferência e apoios comunitários e outros, (temos actualmente verbas com atraso de transferência de um ano).

A receita global do Município, na última década, aproximadamente duplicou, o mesmo se tendo verificado com as receitas próprias, face à evolução da actividade económica no Município e à melhor organização da actividade municipal, sendo que esta deve corresponder ao mais importante vector de acção tanto sob o ponto de vista da qualidade do serviço prestado, como da sustentabilidade orçamental.

Nos últimos dois mandatos, as receitas tiveram a seguinte proveniência: fundos comunitários 17,60%; empréstimos 6,40%; receitas próprias 35,49% e de transferências de fundos da Administração Central 59,49%. No ano de 2006, o financiamento das receitas teve a seguinte origem: transferências de fundos da Administração Central, 48,58%; apoios comunitários e outros, 11,42% e receitas próprias 40%. A tendência futura é a do reforço da componente de receitas próprias, que deverão convergir para valor igual ou superior ao das transferências da Ad. Central.

Ao nível da cobrança de impostos municipais, se compararmos a situação do distrito com os restantes, verificamos que o de Bragança é o que menos impostos municipais arrecada, sinal de elevada debilidade económica. Se tivermos em conta, que o Município de Bragança tem um rendimento per capita próximo da média nacional e um dos melhores da Zona Norte, então percebe-se bem a fragilidade do contorno e dos problemas que tal representa para a economia de Bragança.

A despesa paga foi de 27.446.874,57 euros, sendo 14.742.672,47 correspondente a despesa corrente e 12.704.202,10 a despesas de capital. A despesa corrente diminuiu no ano de 2006, em 5,13%, reflexo da necessidade de contenção de despesas. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,97%, representando 40,44% do orçamento corrente e de 23,87% da despesa global, enquanto no ano de 2005 representava

20,47%. Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,61% e 17,87% dos limites legais impostos.

A despesa de capital paga foi de 12.704.202,10 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 56,99%, e uma diminuição de 16,64% relativamente ao ano de 2005. O maior peso no conjunto da despesa é da rubrica de aquisição de bens de capital, correspondente ao investimento directo do Município, no valor de 9.180.359,99 euros, e que revela uma diminuição de 15,93%, a rubrica de transferências de capital com o valor de 1.491.602,29, que relativamente ao ano anterior, sofreu uma diminuição de 37,26%.

O investimento realizado no período de 2003 a 2006, foi em média financiado em 34,03% pelos fundos comunitários e outros; em 9,27% com recurso ao crédito bancário e 56,59% com recursos próprios, salientando a importância dos fundos comunitários na concretização de um importante ciclo de investimento que marca a gestão municipal dos últimos oito anos. O investimento concretizado nos últimos nove anos marca de forma evidente um ciclo histórico de modernização e qualificação urbana e da actividade económica.

Feita uma análise em termos comparativos ao investimento dos anos de 2003 e 2004 (últimos dois anos com dados globais para os Municípios), verifica-se que em 2003, só 17 Municípios investiram mais do que o de Bragança, apesar de 36 terem realizado despesa global superior. Em 2004, só 38 Municípios investiram mais, apesar de 56 terem realizado orçamento global de despesa superior ao de Bragança, que esteve no grupo dos 10% de Municípios do país que mais investiram.

Assim, comparando os três últimos mandatos temos que, o mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997 e o de 2002/2005 foi de 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos, não está contabilizado o investimento realizado através das empresas participadas pela Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos manter um período extenso em que o investimento foi superior à despesa corrente, e concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar, cumprindo assim a Câmara Municipal algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social, situação que por sua vez representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes.

A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 23,87%; aquisição de bens e serviços 23,86%; juros e outros encargos 1,24%; transferências correntes 3,27%; e outras despesas correntes 1,48%; aquisição de bens de capital 33,45%; transferências de capital 5,43%; activos financeiros 1,62%; passivos financeiros 5,79%.

A despesa corrente atingiu 53,71 do orçamento da despesa, enquanto a de capital representa 46,29%. Se, feita a comparação com a média nacional (ano de 2003), a relação é de 57,00% 3 de 43,00% respectivamente (no ano de 2003, Bragança atingiu os valores de 31,30% e 68,70%).

A repartição da despesa por unidades orgânicas, teve a seguinte realização: Administração Autárquica 32,42%; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira 3,54%; Departamento de Obras e Urbanismo 36,00%; Departamento de Serviços Municipais 18,19% e Departamento Sócio Cultural 9,86%. Destaca-se, nas referidas unidades orgânicas, relativamente à média dos últimos quatro anos uma tendência de perfil uniforme, com a distribuição das despesas totais a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, embora ao longo deste período e devido ao abrandamento das despesas globais, com excepção do ano de 2003, a sua importância tenha vindo a decrescer ligeiramente.

A execução do plano Plurianual de Investimentos foi de 51,57%. As funções gerais assumiram 7,12% da realização; as funções sociais 60,79% e as funções económicas 32,09%. Da leitura dos valores desagregados, destacam-se três grandes áreas de investimento: habitação e serviços colectivos representando 41,78%; transportes e comunicações com 29,39% e serviços culturais, recreativos e religiosos com 8,61%. Analisando os projectos mais relevantes, surgem por ordem de grandeza, os investimentos: rede viária e sinalização com 25,88%; urbanização com 16,64%; saneamento com 10,01%; habitação com 9,40%; transportes aéreos 3,51%; desporto recreio e lazer 5,34%.

A dívida total do Município, de curto médio e longo prazo é de 15.259.444 euros o que representa 55,60% da receita global. Temos assim uma diminuição da dívida de 2005 para 2006 de 5,75%, enquanto que no ano de 2005, relativamente a 2004 tinha aumentado em 15,12%. Se compararmos com a situação em Janeiro de 1998 temos uma situação incomparavelmente boa, visto que nesse período a dívida global representava 105,37% da receita global ou seja duas vezes mais. Em termos absolutos se actualizada a referida dívida para Dezembro de 2006, ascenderia a 19.175.565,00 euros, ou seja superior em 3.916.121 euros.

A analisada a dívida de médio e longo prazo (67,60%) e a dívida de curto prazo (32,40%), e comparando com a média dos Municípios, 76,30% e 22,80% respectivamente, confirma-se a nossa decisão de actuar durante o ano de 2007 sobre a estrutura da dívida.

Comparada a dívida com os Municípios a nível nacional, temos que a média do endividamento total sobre as receitas totais era em 2004 de 81%, valor bastante superior ao de Bragança que é de 55,60%.

A dívida de médio longo prazo, foi amortizada e por isso diminuída em 1.588.189,82€, valor idêntico ao dos anos mais próximos, notando-se a sua concentração em períodos demasiado curtos, sendo necessário proceder a um reescalamento para um período mais longo, assim como uma eventual renegociação da taxa de juros de alguns dos empréstimos. Apesar da redução em 50% ao limite de endividamento, que se mantém desde o ano de 2004, a Câmara está ainda abaixo do limite imposto, salientando que em 2005 foi finalizado o pagamento de um dos empréstimos e que no valor de cálculo da capacidade disponível há valores incluídos em amortizações e juros que deverão em próximo calculo ser retirados, correspondentes a empréstimos contraídos para financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.

A demonstração de resultados evidencia um resultado líquido positivo de 6.205.480 euros, consequência dos resultados operacionais do valor de 6.998.820 euros, dos resultados financeiros de 1.553.273 euros, dos resultados correntes com o valor de 8.552.093 euros e dos resultados extraordinários com o valor negativo de 2.346.613 euros. Os resultados extraordinários representam essencialmente as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. A leitura deste resultado deverá ter presente a finalidade de acção da Administração Local.

Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 127.437.822,17 euros resultado do aumento em 7.985.330,81 euros, o equivalente a 6,68%, crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. Os fundos próprios atingiram o valor de 86.128.954,05€, tendo registado um acréscimo de 6,01%, principalmente em resultado do incremento do resultado líquido do exercício e do património. O passivo aumentou 8,11%, contributo do aumento dos acréscimos e diferimentos, do aumento das dívidas a terceiros de curto prazo e do reforço das provisões para riscos e encargos, sendo de salientar que o passivo tendo aumentado 3.100.558,54€, o aumento dos proveitos diferidos foi de 3.403.035,26€. Se fosse deduzida esta parcela, o aumento do passivo seria negativo, com um decréscimo de 302.476,72€.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, houve um decréscimo de colaboradores em exercício de funções, face ao ano de 2005. O total de efectivos (392) que desenvolveu a actividade na Câmara Municipal durante o ano de 2006, distribui-se da seguinte forma: o Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (3), o Pessoal do Quadro (356), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (29).

O crescimento da despesa com pessoal em 3,97% relativamente a 2005, deve-se no essencial ao aumento de encargos com a rubrica da Segurança Social e aumento de encargos com a assistência médica. Relativamente ao previsto no orçamento, verifica-se uma redução na despesa em 1,34%. A exigência de maior qualificação técnica da estrutura de pessoal, a abertura de novos equipamentos e a crescente pressão na área social, pressionam o orçamento da despesa com pessoal, o que nos obriga a abdicar da substituição de pessoal em áreas de menor relevância, adequando as exigências em termos das necessidades de pessoal e a contenção de despesa.

O absentismo registou pelo segundo ano consecutivo uma diminuição, impondo-se evoluções neste âmbito. Mesmo assim convém esclarecer que a natureza das faltas, resulta sobretudo de doença prolongada que se distribui por 12 funcionários e destes um número restrito mantém-se em situação de baixa continuada. A morosidade das juntas médicas é responsável por uma elevada percentagem de absentismo existente.

A formação de pessoal em geral, e dos Dirigente e Chefias em particular, preparando-os para os desafios da modernização e de amplos conhecimentos em organizações, continuou a ser relevante na política de gestão de recursos humanos da Autarquia. Para além de acções específicas, proporcionou-se formação a todo o pessoal do quadro, no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade, criando sinergias sistemáticas, onde se pretende fazer da melhoria contínua uma prática sustentada.

II. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

2.1 – Orçamento Inicial, Final e Executado

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos. Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da actividade de planeamento.

As variações verificadas entre o orçamento inicial e final com o executado ficam evidenciadas, em termos de Receita e de Despesa, no Quadro n.º 1 – Execução do Orçamento para o ano de 2006. Do mesmo constata-se que o grau de execução da receita e da despesa atingiu os 71,33% e 70,65%, respectivamente. Se o Orçamento Municipal não tivesse sido corrigido, a execução situava-se em 74,97% na receita e 74,25% na despesa, não apresentando portanto desvios significativos.

De salientar que a taxa de execução da despesa traduz as obrigações efectivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros.

QUADRO n.º 1
Execução do Orçamento do ano de 2006

Designação	Orçamento		Execução	Desvio	Taxa de Execução	Taxa de Execução	
	Inicial	Final					
	(a)	(b)	(c)	(b)-(a)	(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Receitas							
Correntes	18.737.462,00	18.737.462,00	20.189.166,01	0,00	1.451.704,01	107,75%	107,75%
Capital	18.212.038,00	19.996.938,00	7.507.687,14	1.784.900,00	-12.489.250,86	41,22%	41,22%
Outras	16.300,00	116.200,00	15.752,80	99.900,00	-100.447,20	96,64%	96,64%
Total (Receitas)	36.965.800,00	38.850.600,00	27.712.605,95	1.884.800,00	-11.137.994,05	74,97%	71,33%
Despesas							
Correntes	16.476.400,00	16.557.400,00	14.742.672,47	81.000,00	-1.814.727,53	89,48%	89,04%
Capital	20.489.400,00	22.293.200,00	12.704.202,10	1.803.800,00	-9.588.997,90	62,00%	56,99%
Total (Despesas)	36.965.800,00	38.850.600,00	27.446.874,57	1.884.800,00	-11.403.725,43	74,25%	70,65%

Comparando as taxas de execução ao nível das cobranças e dos pagamentos em relação ao ano anterior, (comportamento do valor cobrado e pago face ao previsto corrigido), verifica-se que durante o ano de 2006, a execução tanto da receita como da despesa ronda os 71%, enquanto que durante o ano de 2005, este valor foi superior, apresentando uma execução que se aproximou dos 75%.

Conforme se pode verificar, o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 36.965.800,00 euros foi durante a execução orçamental de 2006 elevado para 38.850.600,00 euros, devido à inserção do saldo da gerência anterior no valor de 99.900,00 euros e de novos projectos financiados, nomeadamente,

de Fundos Comunitários no valor de 1.690.300 euros e Contratos-Programa no valor de 94.600 euros. Numa óptica de despesa há outro aspecto que é de realçar: o volume de compromissos assumidos (no montante de 36.009.182,49 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 8.562.307,92 euros, obtendo nesta perspectiva um grau de comprometimento de despesa de cerca de 92,68%.

Seguidamente apresenta-se, no Quadro n.º 2, o Mapa de Controlo Orçamental da Receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e da despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2006.

QUADRO n.º 2 MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO 2006

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Receitas Correntes						
Impostos Directos	3.954.100,00	3.954.100,00	4.406.931,28	11,45%	111,45%	111,45%
Impostos Indirectos	482.400,00	482.400,00	295.044,59	-38,84%	61,16%	61,16%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.042.700,00	1.042.700,00	1.015.423,36	-2,62%	97,38%	97,38%
Rendimentos de Propriedade	1.224.400,00	1.224.400,00	1.517.089,24	23,90%	123,90%	123,90%
Transferências Correntes	8.197.162,00	8.197.162,00	9.120.163,36	11,26%	111,26%	111,26%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.822.500,00	3.822.500,00	3.801.822,45	-0,54%	99,46%	99,46%
Outras Receitas Correntes	14.200,00	14.200,00	32.691,73	130,22%	230,22%	230,22%
Sub-total:	18.737.462,00	18.737.462,00	20.189.166,01	7,75%	107,75%	107,75%
Receitas de Capital						
Venda de Bens de Investimento	4.775.730,00	4.775.730,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	13.203.208,00	14.988.108,00	7.506.865,64	-49,91%	56,86%	50,09%
Activos Financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	230.100,00	230.100,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	1.500,00	1.500,00	821,50	-45,23%	54,77%	54,77%
Sub-total:	18.212.038,00	19.996.938,00	7.507.687,14	-58,78%	41,22%	37,54%
Outras Receitas						
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	16.300,00	16.300,00	15.752,80	-3,36%	96,64%	96,64%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	99.900,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Sub-total:	16.300,00	116.200,00	15.752,80	-86,44%	96,64%	13,56%
TOTAL:	36.965.800,00	38.850.600,00	27.712.605,95	-28,67%	74,97%	71,33%

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	6.996.400,00	6.640.540,00	6.551.878,87	-6,35%	93,65%	98,66%
Aquisição de Bens e Serviços	7.910.700,00	8.053.120,00	6.549.510,19	-17,21%	82,79%	81,33%
Juros e Outros Encargos	288.200,00	339.720,00	339.176,31	17,69%	117,69%	99,84%
Transferências Correntes	965.500,00	1.113.020,00	897.212,95	-7,07%	92,93%	80,61%
Outras Despesas Correntes	315.600,00	411.000,00	404.894,15	28,29%	128,29%	98,51%
Sub-total:	16.476.400,00	16.557.400,00	14.742.672,47	-10,52%	89,48%	89,04%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	16.417.500,00	18.208.100,00	9.180.359,99	-44,08%	55,92%	50,42%
Transferências de Capital	1.877.000,00	1.981.200,00	1.491.602,29	-20,53%	79,47%	75,29%
Activos Financeiros	600.000,00	509.000,00	444.050,00	-25,99%	74,01%	87,24%
Passivos Financeiros	1.594.900,00	1.594.900,00	1.588.189,82	-0,42%	99,58%	99,58%
Sub-total:	20.489.400,00	22.293.200,00	12.704.202,10	-38,00%	62,00%	56,99%
TOTAL:	36.965.800,00	38.850.600,00	27.446.874,57	-25,75%	74,25%	70,65%

2.2 – Saldos da Gerência na óptica orçamental

Para melhor análise, estes saldos devem ser calculados numa base de caixa (diferença entre receitas cobradas e despesas pagas) e numa base de compromissos (diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos). No que concerne ao significado de receitas liquidadas, retratam no orçamento o direito a receber, sendo que se podem efectivar, ou não em receitas cobradas, quanto aos compromissos, frequentemente e de forma errada identificados como dívidas, correspondem à assunção da responsabilidade da realização da despesa que se encontra devidamente suportada por requisições externas ou documento equivalente. Estes compromissos só se transformam em dívida quando existe uma efectiva obrigação (factura ou documento equivalente) de pagar.

➤ Saldo Corrente

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Assim, conforme informação seguinte podemos concluir que este saldo é positivo nas duas vertentes.

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo Corrente
<i>na base de caixa</i>	20.189.166,01	14.742.672,47	5.446.493,54
<i>na base de compromissos</i>	20.205.323,87	15.961.698,02	4.243.625,85

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 20.189.166,01 euros face ao valor de 14.742.672,47 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 5.446.493,54 euros utilizada para suportar investimentos.

➤ Saldo Orçamental

O saldo orçamental (não se inclui o saldo de tesouraria da gerência anterior) calcula-se pela diferença entre as receitas totais e as despesas totais, também com base nas duas vertentes utilizadas no cálculo do saldo corrente.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Orçamental
<i>na base de caixa</i>	27.812.583,94	27.446.874,57	365.709,37
<i>na base de compromissos</i>	27.828.741,80	36.009.182,49	-8.180.440,69

Analisando a informação anterior, constata-se que o saldo orçamental na base de caixa é positivo, registando 365.709,37 euros, que transitam para o ano de 2007. O saldo na base de compromissos evidencia, naturalmente, um saldo negativo, justificado pelo não pagamento das despesas assumidas no período da gerência, assim, conforme já foi explicitado no início deste ponto, esta diferença significativa evidencia parte dos compromissos (assunção de uma responsabilidade na realização de despesas) que transitam para o ano económico seguinte.

➤ **Saldo efectivo**

Este saldo é obtido através da diferença entre as receitas totais e as despesas totais, excluindo de igual forma nos dois agregados os Activos Financeiros e os Passivos Financeiros.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Efectivo
<i>na base de caixa</i>	27.812.583,94	25.414.634,75	2.397.949,19
<i>na base de compromissos</i>	27.828.741,80	33.913.302,16	-6.084.560,36

Este indicador permite saber a cobertura que as receitas “operacionais” detêm relativamente às despesas “operacionais” e “ encargos financeiros”. Assim, na base de caixa o saldo global ou efectivo é positivo com o valor de 2.397.949,19 euros. Tal como previsto, na base dos compromissos e seguindo a mesma explicação já referida no saldo anterior, este valor atinge os 6.027.104,89 euros.

2.3 – Saldos da Gerência: Fluxos de caixa

A análise efectuada aos Fluxos de caixa do exercício de 2006, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o Saldo para a gerência seguinte é de 450.019,94 euros, dos quais 365.709,37 euros são de Operações orçamentais e 84.310,57 euros são de Operações de tesouraria.

QUADRO n.º 3 Fluxos de Caixa

unidade: euros

Saldo da Gerência anterior (2005)		
Execução orçamental	99.977,99	
Operações de tesouraria	86.240,93	186.218,92
Receita cobrada na gerência		
Receitas Orçamentais	27.712.605,95	
Operações de tesouraria	1.121.558,21	28.834.164,16
Pagamentos efectuados na gerência		
Despesas Orçamentais	27.446.874,57	
Operações de tesouraria	1.123.488,57	28.570.363,14
Saldo para a Gerência seguinte (2007)		
Execução orçamental	365.709,37	
Operações de tesouraria	84.310,57	450.019,94

III. PROCESSO ORÇAMENTAL

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Ao longo deste capítulo procura-se referir os principais factores que condicionaram a arrecadação de receitas no decorrer de 2006 e a sua evolução no triénio 2004-2006. A análise efectuada à execução orçamental teve como suporte os dados constantes dos Orçamentos do referido período.

A estrutura da *Receita Total* subdivide-se, em termos orçamentais, em *Receitas Correntes*, que compreendem os impostos directos e indirectos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, em *Receitas de Capital*, onde se inscrevem as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos activos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital e a *Outras Receitas*, constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior.

O quadro seguinte apresenta a estrutura do Orçamento de Receita e os desvios relativamente ao orçamento inicial e corrigido.

QUADRO n.º 4
Estrutura do Orçamento de Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Estrutura	%
Receitas Correntes					
Impostos Directos	3.954.100,00	4.406.931,28	452.831,28	15,90	
Impostos Indirectos	482.400,00	295.044,59	-187.355,41	1,06	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.042.700,00	1.015.423,36	-27.276,64	3,66	
Rendimentos de Propriedade	1.224.400,00	1.517.089,24	292.689,24	5,47	
Transferências Correntes	8.197.162,00	9.120.163,36	923.001,36	32,91	
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.822.500,00	3.801.822,45	-20.677,55	13,72	
Outras Receitas Correntes	14.200,00	32.691,73	18.491,73	0,12	
Total (Receitas Correntes)	18.737.462,00	20.189.166,01	1.451.704,01	72,85	
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	4.775.730,00	0,00	-4.775.730,00	0,00	
Transferências de Capital	14.988.108,00	7.506.865,64	-7.481.242,36	27,09	
Activos Financeiros	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00	
Passivos Financeiros	230.100,00	0,00	-230.100,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	1.500,00	821,50	-678,50	0,00	
Total (Receitas Capital)	19.996.938,00	7.507.687,14	-12.489.250,86	27,09	
Outras Receitas					
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	16.300,00	15.752,80	-547,20	0,06	
Saldo da Gerência Anterior	99.900,00	0,00	-99.900,00	0,00	
Total (Outras Receitas)	116.200,00	15.752,80	-100.447,20	0,06	
TOTAL	38.850.600,00	27.712.605,95	-11.137.994,05	100,00	

O Orçamento de Receita para o ano de 2006, apresenta um valor de 27.712.605,95 euros, repartido em 20.189.166,01 de receitas correntes, 7.507.687,14 euros de receitas de capital e 15.752.80 de outras receitas. Relativamente ao previsto no final de 2006, ficaram por arrecadar 11.137.994,05 euros, índice de execução inferior ao esperado em 28,67%, ou seja, foram arrecadadas 71,33% das receitas previstas. Este desvio na execução foi originada principalmente pela diminuição na cobrança das receitas de capital,

que apresentaram um desvio relativamente ao previsto de 58,78% resultante, entre outros, da diminuição das transferências de capital, do não encerramento financeiro de projectos comparticipados pelo FEDER e da ausência da realização da venda de bens de investimento. As receitas correntes tiveram uma execução superior ao previsto em 7,75%, originando uma poupança corrente para aplicação em investimentos.

Podemos salientar pela análise do quadro, que os fundos provenientes das transferências (correntes e de capital) são a principal fonte de receita, responsáveis por 60% dos fundos do Orçamento Municipal. Também os impostos (directos e indirectos) totalizam 16,97%, assim, são estes dois agregados que sustentam em 76,96% o orçamento de receita. Sendo que estes têm maior expressão ao nível das receitas correntes, naturalmente condicionam a sua estrutura, pelo que o peso das receitas correntes arrecadadas é de 72,85% em relação à receita total e as de capital de 27,09%.

A receita cobrada pela sua tipologia (corrente e capital), no ano em análise, apresenta alguns desvios na sua estrutura em relação a 2005. Assim, as receitas correntes em 2006 apresentam um peso no orçamento de receita de 72,85%, superior ao ano de 2005 que apresenta 64,14%, relativamente às receitas de capital a tendência é inversa, ou seja, em 2006 o valor é de 27,09% enquanto que em 2005 a mesma relação foi de 35,81%.

Nos quadros seguintes de análise comparativa da execução no triénio 2004-2006, apresentam-se, por capítulos, os valores das receitas correntes e de capital cobradas.

3.1.1 RECEITAS CORRENTES

No exercício económico de 2006 as *Receitas Correntes* da Autarquia expressam um crescimento na cobrança de aproximadamente 2,92% face ao valor obtido em 2005. De referir que o crescimento de 2005, relativamente ao exercício de 2004, tinha sido de 2,78%.

QUADRO n.º 5
Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2004-2006

Descrição	2004	2005	2006	Evolução do período	
				2004-2005	2005-2006
<i>Receitas Correntes</i>					
Impostos Directos	4.190.814,24	4.626.725,12	4.406.931,28	10,40%	-4,75%
Impostos Indirectos	526.350,32	374.066,64	295.044,59	-28,93%	-21,13%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	996.199,20	981.489,95	1.015.423,36	-1,48%	3,46%
Rendimentos de Propriedade	1.347.563,29	1.458.070,65	1.517.089,24	8,20%	4,05%
Transferências Correntes	8.232.860,58	8.498.255,29	9.120.163,36	3,22%	7,32%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.784.944,52	3.648.132,90	3.801.822,45	-3,61%	4,21%
Outras Receitas Correntes	7.007,27	29.997,34	32.691,73	328,09%	8,98%
<i>Total (Receitas Correntes)</i>	19.085.739,42	19.616.737,89	20.189.166,01	2,78%	2,92%

Para uma de execução de 107,75% das Receitas Correntes, pode aferir-se um indicador que reflecte rigor no planeamento deste tipo de receitas. Estas receitas contribuem significativamente para a gestão financeira da Autarquia, já que se tratam de fluxos monetários estáveis, com tendências de crescimento. Numa análise comparativa da receita recebida em 2006 para com a de 2005, os tipos de *Receitas Correntes* arrecadadas com mais significado:

➤ os *Impostos Directos* ascendem em 2006 a 4.406.931,28 euros, traduzindo uma diminuição na cobrança de 4,75% relativamente ao ano de 2005. Com base nesta execução a previsão para o ano de 2006 sofre um ajustamento, no entanto o comportamento deste tipo de receita foi superior ao previsto, originando uma execução de 111,45%. Os tipos de impostos com maior peso são o *Imposto Municipal sobre Imóveis* e o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis* (foi incluído neste montante os impostos abolidos da Contribuição autárquica e Imposto de Sisa) que globalmente atingem os valores de 2.548.953 euros e 1.461.440 euros, respectivamente;

➤ os *Impostos Indirectos*, com uma receita cobrada líquida de 295.044,59 euros no ano de 2006, apresentam um decréscimo de cobrança de 21,13% em relação ao ano anterior, cujo valor executado foi de 374.066,66 euros. Também a sua execução com o valor de 61,16% ficou aquém do previsto, fruto do insuficiente desempenho as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, nomeadamente da rúbrica de loteamentos e obras que representando 96,63% da receita cobrada ao nível dos impostos indirectos apresenta, uma taxa de execução de 59,42%. As restantes receitas, tais como: ocupação da via pública e publicidade não têm impacto significativo neste agregado;

➤ as *Taxas, Multas e Outras Penalidades* com uma taxa de execução de 97,38% em 2006, apresentam uma receita líquida de 1.015.423,36 euros, apresentando em relação ao ano anterior um crescimento de 3,46%. Tal como se tinha verificado na rúbrica anterior, a taxa mais representativa deste agregado é a de Loteamentos e Obras que representando 40,45% da estrutura apresenta uma execução de 90,91%;

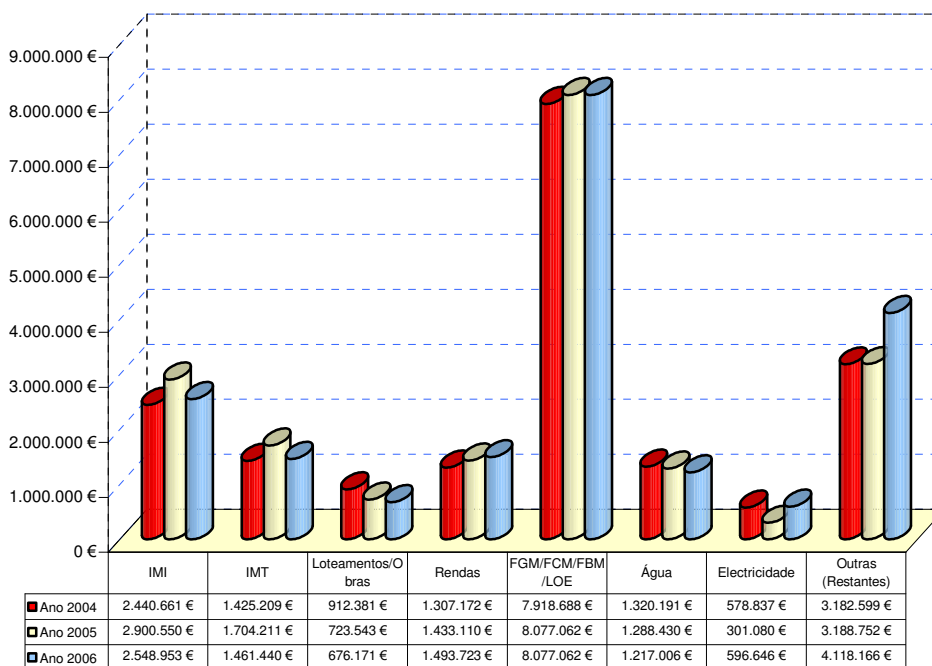
➤ *Rendimentos de Propriedade*, esta receita, proveniente de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, atinge no ano de 2006 o valor de 1.517.089,24 euros, ou seja, mais 4,05% que a registada em 2005. Este aumento é justificado quase na sua totalidade pelo acréscimo da receita proveniente da renda de concessão paga trimestralmente pela EDP, (actualizada em 2006 no valor 10.609,70 euros), que sendo responsável por 1.490.417,50 euros, com uma taxa de execução de 125,58%, representa 98,46% dos rendimentos de propriedade,

➤ as *Transferências Correntes* registam um crescimento de 7,32%, face ao ano de 2006, com uma execução de 111,26%. Com a participação *F.G.M./F.C.M./F.B.M.* a atingir 8.077.062 euros, exactamente no mesmo valor que o ano de 2005, são as outras transferências correntes provenientes de acordos que justificam este acréscimo;

➤ a *Venda de bens e serviços correntes* somam 3.801.822,45 euros, registando um incremento na cobrança de 4,21%. Em termos de valores absolutos, e representando boa parte da totalidade do valor deste agregado, merecem destaque a venda de produtos acabados e intermédios: *Água* (1.217.005,72 euros) e *Electricidade* (596.645,75 euros); e a prestação de um serviço específico da Autarquia: *Recolha de Resíduos Sólidos* (719.003,24 euros). De referir ainda que neste agregado, de venda de bens e

serviços correntes, apesar do pouco significado, mas com uma taxa de execução superior a 100% podemos salientar as receitas provenientes dos *Serviços Desportivos* e de *Parques de Estacionamento*, respectivamente com 122,56% e 137,82%.

Gráfico 1
Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes



Nota: Para o ano de 2006, à Contribuição Autárquica e Imposto de Sisa, correspondem respectivamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis.

3.1.2 RECEITAS DE CAPITAL

Como se pode verificar pela análise dos quadros seguintes, o núcleo essencial das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2006 é constituído pelas Transferências de Capital e Passivos financeiros.

As *Receitas de Capital* ascendem a 7.507.687,14 euros, o que relativamente ao ano anterior, traduz um decréscimo de 3.443.183,64 euros em termos de valor absoluto (-31,44%). Para esta diminuição contribuíram as transferências de capital com -16,25% e a ausência de Passivos Financeiros foi responsável pela diminuição em 15,19%.

Podemos concluir que a composição dos valores arrecadados e afectos a receitas de capital por grandes agregados económicos, também observada a partir do quadro seguinte, põe em destaque os meios de financiamento externo como a fonte quase exclusiva (99,99%) de recursos de capital.

QUADRO n.º 6
Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital

Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	373.651,65	0,00	0,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	8.989.731,08	9.286.316,88	7.506.865,64	3,30%	-19,16%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	497.738,28	1.664.175,00	0,00	234,35%	-100,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	378,90	821,50	0,00%	116,81%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	9.861.121,01	10.950.870,78	7.507.687,14	11,05%	-31,44%

➤ A Venda de Bens de Investimento não tendo registado qualquer cobrança em 2006, para uma previsão orçamental corrigida de 4.775.730,00 euros, naturalmente regista um decréscimo, relativamente à cobrança do ano anterior de 100%.

➤ A rubrica Transferências de Capital, comporta na sua constituição as verbas provenientes dos Fundos Municipais e as verbas arrecadadas com os Apoios Comunitários e Contratos-Programa, concedidos ao Município, atingindo os valores de 8.989.731,08 euros em 2004, 9.286.316,88 euros em 2005 e 7.506.865,64 euros em 2006.

➤ Quanto ao capítulo dos Passivos Financeiros, não tendo sido utilizado em 2006 o recurso a empréstimos, não apresentam qualquer valor.

O quadro seguinte discrimina os principais projectos de investimento, financiados por apoios comunitários e outros, obtidos em 2006 e que atingiram os 1.999.289,04 euros.

QUADRO n.º 7
Principais Apoios Comunitários e Outros, afectos ao investimento
recebidos durante o ano de 2006

Designação do Projecto	Valor da Participação Recebida
Prolongamento da Avenida Sá Carneiro e Arranjo da Área Envolvente	19.453 €
Remodelação e conservação do Edifício Extensão de Saúde de Izeda	144.594 €
Abastecimento de Água e Saneamento a Soutelo...Valverde	242.808 €
Pavimentações na zona Industrial	96.607 €
Centro de Arte Contemporânea	165.514 €
Biblioteca Municipal de Bragança	91.440 €
Aquisição de VOR//DME e Estação Meteorológica no Aeródromo Municipal	45.859 €
Caminho rural Oleiros/Portela	11.173 €
Aquisição abrigos de passageiros	26.887 €
Centro de Ciência Viva e acessos	82.300 €
Arranjos urbanísticos/const. instalações sanitárias no percurso marginal, Zona Histórica	739 €
Caminho rural entre S.Cibrão acesso Nº Sra. Serra	153.376 €
Corredor verde do Fervença	32.592 €
Ampliação da pista do Aeródromo Municipal	57.897 €
Execução de Arranjos exteriores-Sé Catedral de Bragança	207.171 €
Máscaras	54.123 €
Recuperação de fachadas	163.946 €
Apetrechamento Informático Escolas 1º Ciclo	1.966 €
Redes Saneamento Basico/Construção Est. Depuradoras Várias Aldeias	400.845 €
Total	1.999.289 €

3.1.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O quadro n.º 8 e o gráfico n.º 2 permitem visualizar o comportamento de cada componente económica da Receita: correntes e de capital.

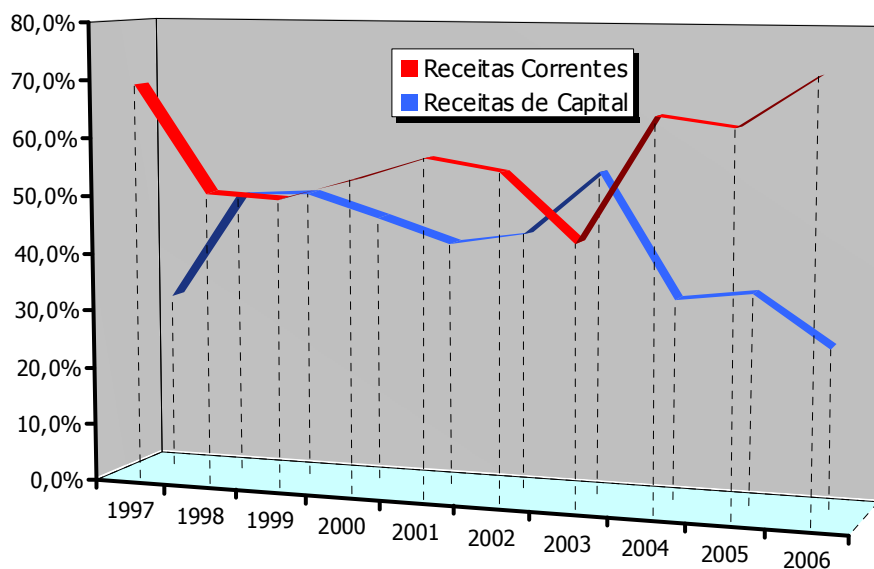
QUADRO n.º 8

Estrutura e Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Correntes	69,5%	50,7%	50,1%	53,9%	57,9%	55,8%	44,7%	65,90%	64,14%	72,85%
Receitas de Capital	30,5%	49,3%	49,9%	46,1%	42,1%	44,2%	55,3%	34,00%	35,81%	27,09%
Outras Receitas	---	---	---	---	---	---	---	0,10%	0,05%	0,06%

Gráfico 2

Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem



Com base no Quadro n.º 9 e Gráfico 3 – Evolução da Estrutura das Receitas, constata-se que as Receitas Totais registaram um notável crescimento no último decénio, passando de 13,9 milhões de euros para aproximadamente 27,7 milhões de euros em 2006.

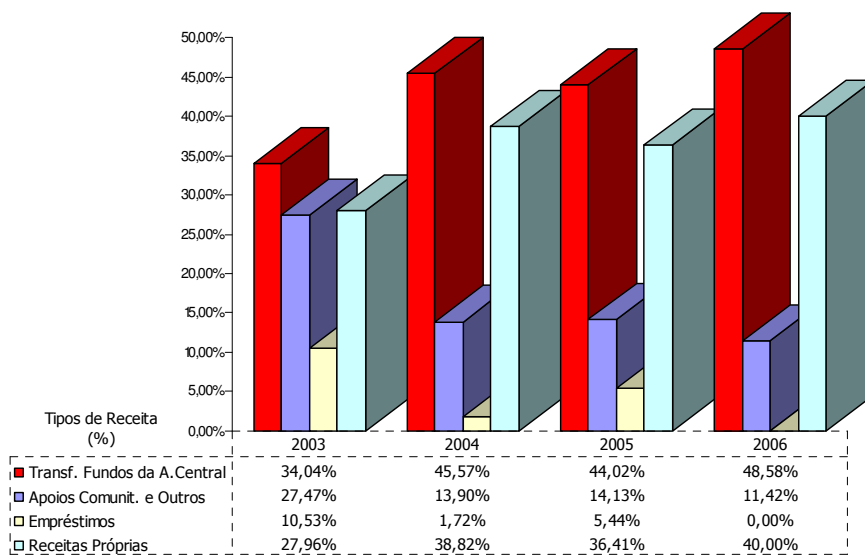
QUADRO n.º 9

Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1997 / 2006 *por tipo de financiamento*

Anos Períodos	Transferência de Fundos da Administração Central					Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Receitas Próprias	Total
	F.E.F.	F.G.M.	F.C.M.	F.B.M.	LOE				
1997	6.750.397					399.916	748.197	6.049.181	13.947.691
1998	7.176.530					3.082.277	2.992.787	6.611.716	19.863.309
1999		6.532.462	1.644.696			4.046.907	997.596	9.737.383	22.959.044
2000		7.268.308	1.925.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.759.664
2001		8.371.450	1.504.883		890.863	3.739.623	312.961	10.153.306	24.973.085
2002		8.866.189	2.318.217	993.085		5.158.507	2.062.833	8.238.192	27.637.022
2003		9.085.329	2.481.155	1.028.836		10.165.341	3.895.039	10.344.703	37.000.403
2004		9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	497.738	11.243.358	28.963.687
2005		10.753.487	1.618.078	1.090.205		4.322.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006		11.481.514	899.988	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606

un: euros

Gráfico 3

Evolução da estrutura das Receitas – 2003/2006 *por tipo de financiamento*

3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A abordagem efectuada à análise da despesa perspectiva-se numa lógica tipificada por tipo de classificação: *económica* - que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, ...); *orgânica* - segundo as unidades orgânicas ou centros de custos) e *funcional* - indicando a afectação das despesas ao tipo de necessidades locais que a Autarquia pretende satisfazer.

3.2.1 ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

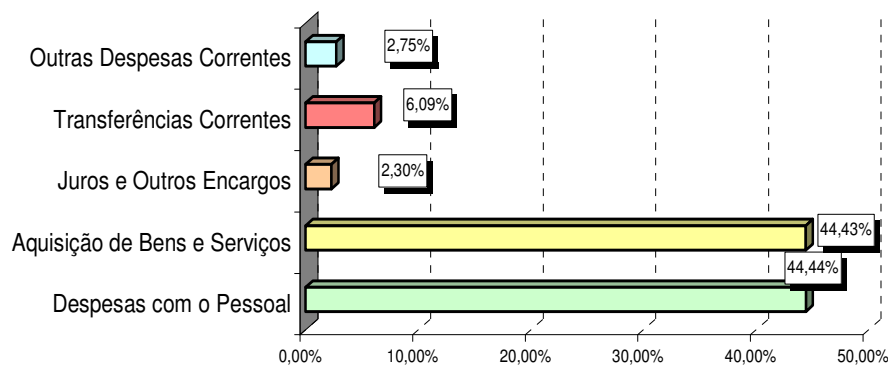
O quadro n.º 10 resume, na óptica da classificação económica, o total da despesa paga.

QUADRO n.º 10
Estrutura do orçamento de Despesa

Descrição	Dotações Finais	Despesa Paga	Desvio	Estrutura Global %	Tx. execução
Despesas Correntes					
Despesas com o Pessoal	6.640.540,00	6.551.878,87	-88.661,13	23,87	98,66%
Aquisição de Bens e Serviços	8.053.120,00	6.549.510,19	-1.503.609,81	23,86	81,33%
Juros e Outros Encargos	339.720,00	339.176,31	-543,69	1,24	99,84%
Transferências Correntes	1.113.020,00	897.212,95	-215.807,05	3,27	80,61%
Outras Despesas Correntes	411.000,00	404.894,15	-6.105,85	1,48	98,51%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	16.557.400,00	14.742.672,47	-1.814.727,53	53,71	89,04%
Despesas de Capital					
Aquisição de Bens de Capital	18.208.100,00	9.180.359,99	-9.027.740,01	33,45	50,42%
Transferências de Capital	1.981.200,00	1.491.602,29	-489.597,71	5,43	75,29%
Activos Financeiros	509.000,00	444.050,00	-64.950,00	1,62	87,24%
Passivos Financeiros	1.594.900,00	1.588.189,82	-6.710,18	5,79	99,58%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	22.293.200,00	12.704.202,10	-9.588.997,90	46,29	56,99%
TOTAL	38.850.600,00	27.446.874,57	-11.403.725,43	100,00	70,65%

3.2.2 DESPESAS CORRENTES

Gráfico 4
Estrutura das despesas correntes em percentagem



As despesas correntes pagas totalizaram 14.742.672,47 euros, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de 793.805,53 euros em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 53,71% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 89,04%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 15.961.698,02, pelo que a taxa de comprometimento da despesa neste agregado, atinge o valor de 96,40%. Conforme se pode verificar no quadro seguinte, apresentam no período 2005-2006 uma diminuição de 5,13%, tendência inversa ao verificado no período 2004-2005, cujo crescimento foi de 10,84%.

QUADRO n.º 11

Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2004-2006

Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	6.110.536,00	6.301.425,00	6.551.878,87	3,12%	3,97%
Aquisição de bens e serviços	5.662.871,00	7.151.980,00	6.549.510,19	26,30%	-8,42%
Juros e outros encargos	323.419,00	315.669,00	339.176,31	-2,40%	7,45%
Transferências correntes	1.805.813,00	1.368.213,00	897.212,95	-24,23%	-34,42%
Outras despesas correntes	117.523,00	402.191,00	404.894,15	242,22%	0,67%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	14.020.162,00	15.539.478,00	14.742.672,47	10,84%	-5,13%

As **despesas com pessoal**, com uma execução orçamental de 6.551.878,87 euros, correspondem a cerca de 44,44% da despesa corrente executada, registando um aumento de 3,97% em relação ao ano de 2005.

É de salientar os limites impostos às despesas com o pessoal dos Municípios. Determina o art. 10º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que as despesas de pessoal obedecem às regras seguintes: o cálculo do limite com as despesas do pessoal tem por base as receitas correntes do ano económico anterior; as despesas a considerar com o pessoal são as que efectivamente se realizaram durante o presente ano económico; as despesas com o pessoal do quadro previstas e orçamentadas para cada ano não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício e as despesas com o pessoal pagas pela rubrica pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos para o pessoal do quadro.

No ano de 2006 as despesas com o pessoal ascenderam a 6.551.878,87 euros, sendo que deste montante 5.181.346,34 euros são respeitantes a remunerações certas e permanentes. Para o cálculo dos limites com pessoal fixados legalmente, são consideradas as despesas pagas pelo subagrupamento remunerações certas e permanentes, ignorando-se as despesas pagas aos titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos, bem como as despesas de representação. Assim sendo, as despesas a considerar para o pessoal do quadro e pessoal em qualquer outra situação ascendem a 4.426.168,78 euros e 525.934,51 euros, respectivamente, cujo cálculo se processa da forma seguinte:

Despesas com pessoal		
Descrição	Limite legal	Despesa paga
Pessoal do Quadro	60% das Rec. Correntes do ano anterior 19.616.737,89 € 11.770.042,73 €	4.426.168,78
Pessoal em qualquer outra situação	25% das Despesas com Pessoal do Quadros 11.770.042,73 € 2.942.510,68 €	525.934,51

Em face deste enquadramento, salienta-se que as despesas de pessoal em relação às receitas correntes do ano anterior situam-se dentro dos limites legais representando, respectivamente, 37,61% e 17,87% desses limites legais impostos.

➤ A **aquisição de bens e serviços** surge, a par das despesas com pessoal, como a rubrica de despesa com maior peso relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 44,43% influenciaram as despesas correntes totais no montante de 6.549.510,19 euros, registando uma diminuição de 8,42% em relação ao ano precedente. Nesta tipologia de despesas, a aquisição de serviços assume maior relevância abrangendo 87,30% da despesa paga, enquanto que a aquisição de bens se traduz em 12,70%.

Dentro da **aquisição de bens**, em que podemos enquadrar designadamente o material de limpeza e higiene, escritório, educação cultura e recreio, material honorífico, entre outros, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com 41,32% da despesa paga.

Ao nível das **prestações de serviços**, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 24,40%; limpeza e higiene com 21,92% e a aquisição de serviços especializados e outros com 13,52%, estas despesas significam no seu conjunto 59,84% da despesa paga com a aquisição de serviços.

Os restantes despesas 40,16%, encontram-se dispersas, entre outras, em: transportes 9,60%; vigilância e segurança 4,85%; encargos de cobrança com receitas 3,95%; e a rubrica residual de outras prestações de serviços com 12,82%.

➤ As despesas com **juros e outros encargos** apresentam o valor de 339.176,31 euros, sendo que 338.421,13 euros referem-se a empréstimos de médio e longo prazos. O modelo 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade. No ano económico em análise apresentam uma execução de 99,84%, tendo apresentado um aumento de 7,45% em relação aos pagamentos no ano anterior.

➤ Quanto às restantes rubricas, as **transferências correntes** correspondem a 6,09% das despesas correntes, com uma diminuição de 34,42% comparativamente ao ano 2005, cujos destinatários principais com o valor absoluto de 897.212,95 evidenciados no Mapa de Transferências Correntes – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, são as Freguesias, com transferências na ordem dos 85.596,08 euros, Serviços Autónomos da Administração Local com 8.225,00 euros,

Associações de Municípios com 103.115,89 euros, Instituições Sem Fins Lucrativos com 699.975,98 euros e por último para as Famílias 300,00 euros, as **outras despesas correntes** equivalem a 2,75% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.

3.2.3 DESPESAS DE CAPITAL

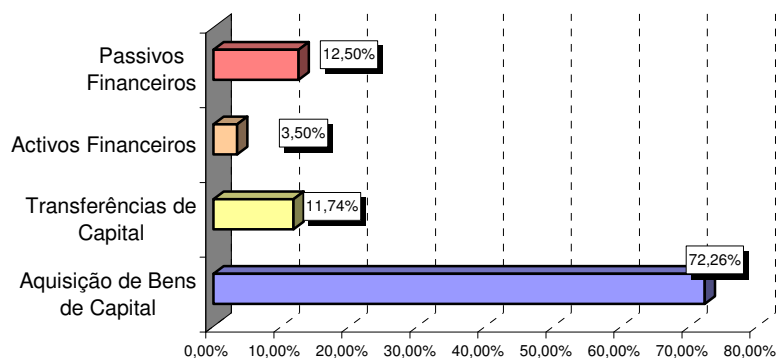
O quadro n.º 12 permite desagregar as despesas de capital, indicando o volume de despesa paga, respectiva estrutura, evolução de cada um dos agrupamentos e sua taxa de variação em relação ao último triénio.

QUADRO n.º 12
Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2004-2006

Descrição	2004	2005	2006	Evolução no período	
				2004-2005	2005-2006
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	11.280.251,75	10.919.976,00	9.180.359,99	-3,19%	-15,93%
Transferências de capital	1.857.116,91	2.377.310,00	1.491.602,29	28,01%	-37,26%
Activos financeiros	353.739,60	409.291,00	444.050,00	15,70%	8,49%
Passivos financeiros	1.444.796,58	1.534.366,00	1.588.189,82	6,20%	3,51%
Total (Despesas Capital)	14.935.904,84	15.240.943,00	12.704.202,10	2,04%	-16,64%

Pela observação do quadro anterior e complementarmente o gráfico seguinte, concluímos que as despesas de capital pagas totalizaram 12.704.202,10 euros, registando-se um desvio negativo, de 16,64% em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 46,29% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 56,99%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 20.047.484,47, pelo que a taxa de realização da despesa neste agregado, atinge o valor 89,93%. No período 2005-2006 uma diminuição de 16,64%, tendência inversa ao verificado no período 2004-2005, cujo crescimento foi de 2,04%.

Gráfico 5
Estrutura das despesas de capital em percentagem



➤ Com maior significado no conjunto das despesas de capital destaca-se a **Aquisição de bens de capital**, ou seja, investimento directo do Município, no valor executado de 9.180.359,99 euros, representando 72,26% do total das despesas de capital executadas. Comparativamente ao ano de 2005, estas revelam uma diminuição de 15,93%.

➤ Em relação às **Transferências de capital**, com uma execução de 1.491.602,29 euros, regista uma diminuição de 37,26% em relação ao ano de 2005. Tais valores ficam evidenciados no Mapa de Transferências de Capital – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, onde se encontram discriminadas as entidades beneficiárias, tendo sido transferidos 2.500,00 euros para o Estado, 12.500 euros para Serviços e Fundos Autónomos, 1.082.271,06 euros para as Freguesias, Associações de Municípios com 9.248,50 euros, e por último as Instituições Sem Fins Lucrativos, com 385.082,73 euros.

➤ Os **Activos financeiros** representam 3,50% do orçamento das despesas e 1,62% na componente de capital, apresentando uma execução no valor de 444.050,00 euros. Com um incremento na ordem dos 8,49% relativamente a 2005, resulta do aumento do capital social no Mercado Municipal de Bragança, E.M., no valor de 219.000,00, e de um reforço de 225.050,00 euros na empresa Terra Fria Carnes, Lda.

➤ Relativamente aos **Passivos Financeiros**, o seu valor ascende a 1.588.189,82 euros, com um aumento de 3,51% em relação ao ano anterior, em virtude do aumento das prestações de amortização da dívida para com as instituições de crédito. Este aumento teve origem na actualização no valor das prestações e do início da amortização do empréstimo contraído à Caixa Geral de Depósitos, cuja finalidade era a construção do Teatro Municipal.

QUADRO n.º 13

Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Activos Financeiros no período 1995-2006

Anos	Total de Despesa Paga	ABI + TC + AF	peso %
1995	12.757.355,00	5.679.867,00	44,52%
1996	14.611.257,00	6.823.660,00	46,70%
1997	13.947.691,00	5.422.098,00	38,87%
1998	20.036.332,00	10.956.071,00	54,68%
1999	22.924.198,00	13.844.774,00	60,39%
2000	22.788.520,00	12.384.304,00	54,34%
2001	24.952.714,00	14.043.056,00	56,28%
2002	27.498.531,00	15.481.813,00	56,30%
2003	36.888.102,00	24.235.163,00	65,70%
2004	28.956.066,33	13.491.108,26	46,59%
2005	30.780.422,10	13.706.577,27	44,53%
2006	27.446.874,57	11.116.012,28	40,50%

Considerando que o investimento directo (aquisição de bens de capital) do Município significa 33,45% do orçamento de despesa municipal, resulta necessário o conhecimento das suas fontes de financiamento. No

quadro seguinte observa-se a existência de distintos pesos relativos no que toca ao rácio investimento/fontes de financiamento no período compreendido entre 2003 e 2006.

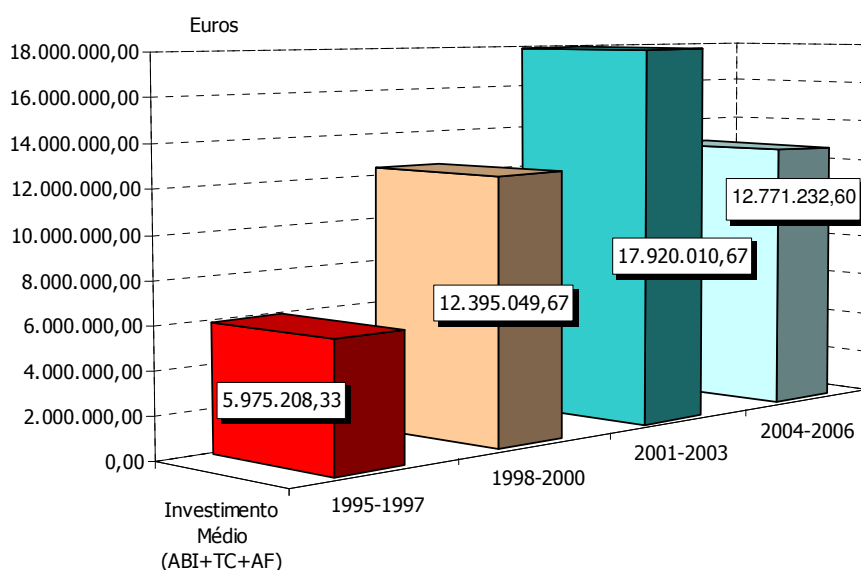
**QUADRO n.º 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento
período 2003/2006**

Anos	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento						Taxa cobertura do Investimento		
	Realizado	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação	Empréstimos	Taxa Variação	Financiamento Municipal	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Financiamento Municipal
2003	22.340.831,36		9.918.376,36		3.895.038,94		8.527.416,1		44,40%	17,43%	38,17%
2004	11.280.251,75	-49,51%	3.710.605,08	-62,59%	497.738,28	-87,22%	7.071.908,4	-17,07%	32,89%	4,41%	62,69%
2005	10.919.976,21	-51,12%	3.901.608,88	5,15%	1.664.175,00	234,35%	5.354.192,3	-24,29%	35,73%	15,24%	49,03%
2006	9.180.359,99	-15,93%	2.122.157,64	-45,61%	0,00	-100,00%	7.058.202,4	31,83%	23,12%	0,00%	76,88%
<i>Total</i>	53.721.419,31		19.652.747,96		6.056.952,22		28.011.719,13				
<i>Média</i>	13.430.354,83		4.913.186,99		1.514.238,06		7.002.929,78		34,03%	9,27%	56,69%

Considerando a informação disponibilizada, concluímos que à excepção do ano de 2003, ano em que a comparticipação de apoios comunitários se revestiu de maior incidência, a aquisição de bens de investimento foi suportada na sua maior parte pelo financiamento municipal. Assim sendo, o investimento médio anual no período de 2003/2006, teve como fontes de financiamento, e por ordem de importância: financiamento municipal, 56,69%; apoios comunitários e outros, 34,03% e empréstimos 9,27%.

Reportando-nos ao Investimento nas componentes do quadro n.º14, podemos concluir, tal como é bem visível no gráfico seguinte, que foi o período 2003/2006 que se concentrou a maior parcela de investimento realizado entre os anos de 1995 e 2006.

Gráfico 6
Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos

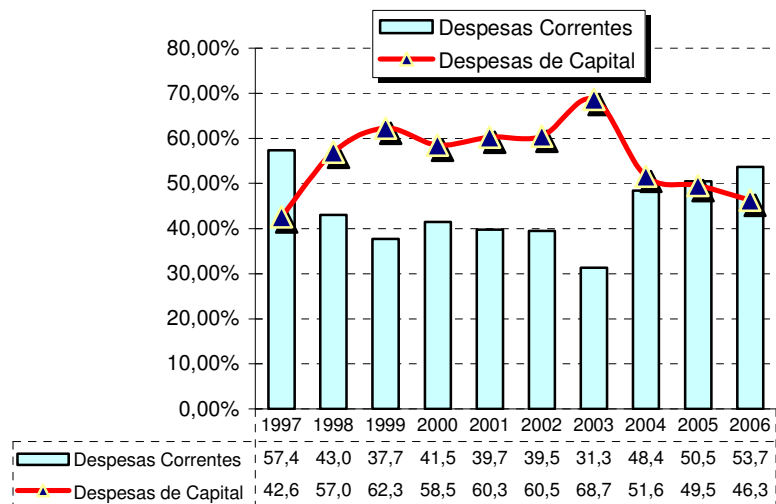


3.2.4 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O Gráfico 7 apresenta a evolução das despesas correntes e de capital no último decénio e a sua proporcionalidade no orçamento de despesa municipal.

Podemos concluir que relativamente à proporcionalidade das despesas, no período em análise as despesas de capital superam quase sempre as despesas correntes, como excepção referem-se os anos de 1997 e 2006, em que as despesas correntes superam em 14,80% e 1% as despesas de capital, respectivamente.

Gráfico 7
Evolução das Despesas Correntes e de Capital - no período 1997-2006



3.2.5 REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DAS DESPESAS

A utilização dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

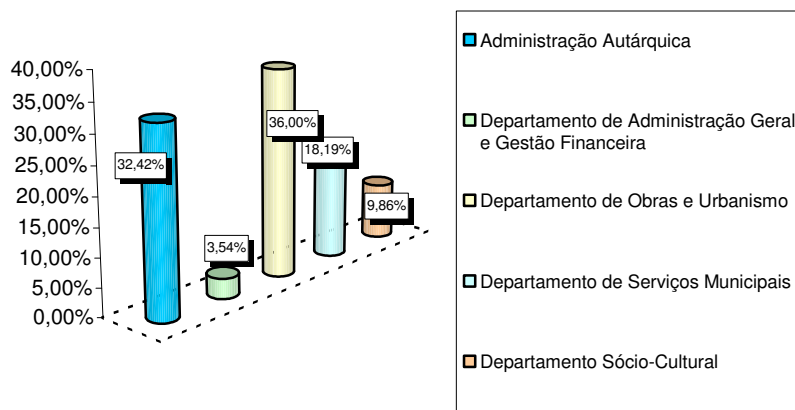
O quadro n.º 15 - Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica - evidencia os montantes das dotações corrigidas e os montantes da despesa paga tanto das despesas correntes como das despesas de capital, por classificação orgânica, bem como os coeficientes de realização associados a cada uma.

Quadro n.º 15 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA em 2006

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Despesas Totais		
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %
<i>Administração Autárquica</i>									
Assembleia Municipal	75.370 €	71.294 €	94,59	0 €	0 €	---	75.370 €	71.294 €	94,59
Câmara Municipal	4.634.326 €	4.254.680 €	91,81	2.786.000 €	2.201.550 €	79,02	7.420.326 €	6.456.230 €	87,01
Operações Financeiras	339.720 €	339.176 €	99,84	2.103.900 €	2.032.240 €	96,59	2.443.620 €	2.371.416 €	97,05
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>									
Divisão Administrativa	418.570 €	409.507 €	97,83	5.000 €	1.210 €	24,20	423.570 €	410.717 €	96,97
Divisão Financeira	463.930 €	451.273 €	97,27	2.000 €	838 €	41,88	465.930 €	452.111 €	97,03
Divisão de Informática e Sistemas	113.790 €	107.597 €	94,56	0 €	0 €	0,00	113.790 €	107.597 €	94,56
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>									
Divisão de Obras	764.900 €	737.405 €	96,41	14.766.350 €	7.068.118 €	47,87	15.531.250 €	7.805.523 €	50,26
Divisão de Equipamento	1.245.810 €	1.037.440 €	83,27	512.600 €	292.440 €	57,05	1.758.410 €	1.329.880 €	75,63
Divisão de Urbanismo	509.170 €	479.305 €	94,13	531.000 €	264.819 €	49,87	1.040.170 €	744.125 €	71,54
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>									
Divisão de Saneamento Básico	1.448.500 €	1.230.361 €	84,94	658.900 €	331.653 €	50,33	2.107.400 €	1.562.013 €	74,12
Divisão de Defesa do Ambiente	2.538.070 €	2.054.361 €	80,94	510.900 €	311.741 €	61,02	3.048.970 €	2.366.103 €	77,60
Divisão Transportes e Energia	945.590 €	876.337 €	92,68	386.550 €	187.801 €	---	1.332.140 €	1.064.138 €	79,88
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>									
Divisão Cultural e Turismo	1.293.010 €	1.147.630 €	88,76	12.000 €	4.998 €	41,65	1.305.010 €	1.152.628 €	88,32
Divisão de Educação e Desporto	1.766.930 €	1.546.305 €	87,51	18.000 €	6.793 €	37,74	1.784.930 €	1.553.098 €	87,01
TOTAL	16.557.686 €	14.742.672 €	89,04	22.293.200 €	12.704.202 €	56,99	38.850.886 €	27.446.875 €	70,65

Em síntese, no gráfico 8 pode observar-se a repartição das despesas totais pelas cinco grandes unidades orgânicas que integram a estrutura organizativa do Município:

Gráfico 8
Repartição Departamental da Despesa Total em 2006



À **Administração Autárquica**, com um peso de 32,42% na execução da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo e as transferências de capital.

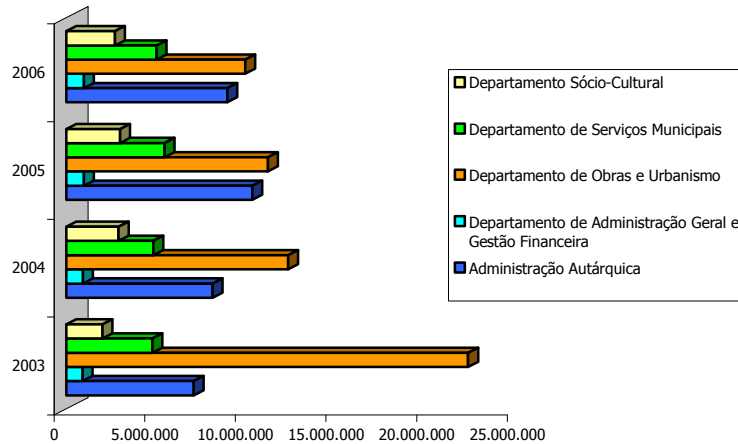
As despesas associadas ao **Departamento de Obras e Urbanismo** representam 36,00% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia.

Num contexto evolutivo e no período compreendido entre 2003 a 2006, temos que ter em consideração que no ano de 2006 os Serviços de Transportes Urbanos e Divisão de Recursos Endógenos foram agregados na Divisão de Transportes e Energia e que o Departamento Sócio-Cultural, foi desagregado em duas Divisões, a Divisão Cultural e Turismo e a Divisão de Educação e Desporto, no entanto esta reorganização não impede a comparação no período referido, pelo que, observamos por norma, que a distribuição das despesas totais apresentam o mesmo perfil, com a maior fatia da despesa a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, especificamente na Divisão de Obras, embora ao longo deste período e devido ao abrandamento das despesas globais de investimento a sua importância tenha vindo a diminuir ligeiramente (com exceção do ano de 2003).

Quadro n.º 16 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA no período 2003/2006

Unidades Orgânicas	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Coeficiente de variação (n a n-1)		
	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	2004-2003	2005-2004	2006-2005
<i>Administração Autárquica</i>							
Assembleia Municipal	41.142 €	57.795 €	33.624 €	71.294 €	40,48%	-41,82%	112,03%
Câmara Municipal	4.799.971 €	5.907.959 €	7.977.203 €	6.456.230 €	23,08%	35,02%	-19,07%
Operações Financeiras	2.188.688 €	2.121.955 €	2.259.326 €	2.371.416 €	-3,05%	6,47%	4,96%
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>							
Divisão Administrativa	506.285 €	540.064 €	532.472 €	410.717 €	6,67%	-1,41%	-22,87%
Divisão Financeira	390.479 €	381.875 €	433.706 €	452.111 €	-2,20%	13,57%	4,24%
Divisão de Informática e Sistemas				107.597 €			100,00%
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>							
Divisão de Obras	20.239.597 €	10.309.745 €	8.512.554 €	7.805.523 €	-49,06%	-17,43%	-8,31%
Divisão de Equipamento	1.311.565 €	1.295.291 €	1.961.712 €	1.329.880 €	-1,24%	51,45%	-32,21%
Divisão de Urbanismo	635.105 €	632.444 €	659.771 €	744.125 €	-0,42%	4,32%	12,79%
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>							
Divisão de Saneamento Básico	1.593.124 €	1.670.535 €	1.769.553 €	1.562.013 €	4,86%	5,93%	-11,73%
Divisão de Defesa do Ambiente	2.299.462 €	2.251.715 €	2.819.004 €	2.366.103 €	-2,08%	25,19%	-16,07%
Serviço de Transportes Urbanos	868.029 €	884.774 €	848.253 €	1.064.138 €	1,93%	-4,13%	25,45%
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>							
Divisão Cultural e Turismo	2.014.655 €	2.901.915 €	2.973.244 €	1.152.628 €	44,04%	2,46%	-61,23%
Divisão de Educação e Desporto				1.553.098 €			100,00%
TOTAL	36.888.102 €	28.956.066 €	30.780.422 €	27.446.875 €	-21,50%	6,30%	-10,83%

Gráfico 9
Repartição Departamental da Despesa Total no período 2003/2006

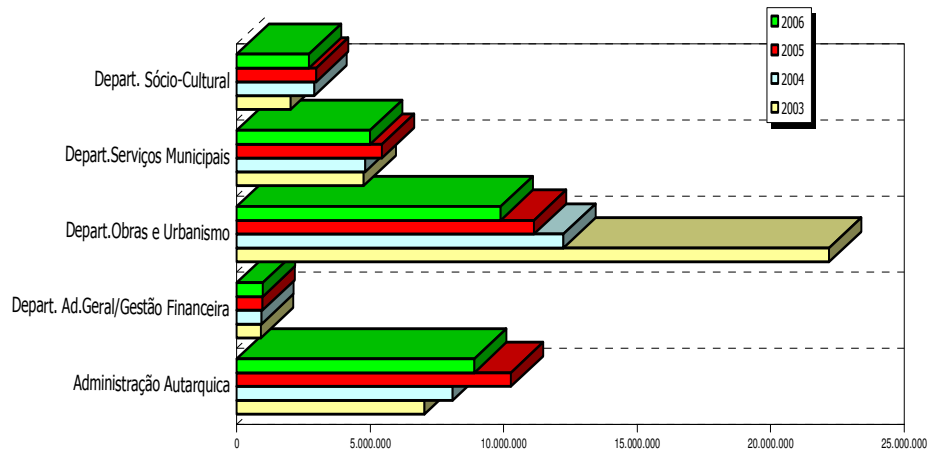


Quanto à natureza das despesas, correntes e de capital, encontra-se distribuída diferenciadamente pelos diversos departamentos. Isto porque, também estes, desempenham na estrutura da Autarquia funções diferenciadas. Seguidamente, evidencia-se essa distribuição e evolução num horizonte temporal de quatro anos.

Quadro n.º 17 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E NATUREZA DAS DESPESAS no período 2003/2006

Unidades Orgânicas	2003		2004		2005		2006	
	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital
<i>Administração Autárquica</i>								
Assembleia Municipal	41.142 €	0 €	57.795 €	0 €	33.624 €	0 €	71.294 €	0 €
Câmara Municipal	2.633.785 €	2.166.186 €	3.643.619 €	2.264.340 €	4.464.606 €	3.512.597 €	4.254.680 €	2.201.550 €
Operações Financeiras	365.526 €	1.823.162 €	323.419 €	1.798.536 €	315.669 €	1.943.657 €	339.176 €	2.032.240 €
<i>Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira</i>								
Divisão Administrativa	502.851 €	3.434 €	539.181 €	883 €	532.344 €	128 €	409.507 €	1.210 €
Divisão Financeira	385.079 €	5.400 €	379.452 €	2.423 €	429.937 €	3.769 €	451.273 €	838 €
Divisão de Informática e Sistemas							107.597 €	0 €
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>								
Divisão de Obras	660.820 €	19.578.777 €	685.061 €	9.624.684 €	748.978 €	7.763.576 €	737.405 €	7.068.118 €
Divisão de Equipamento	879.402 €	432.163 €	921.603 €	373.688 €	1.135.568 €	826.144 €	1.037.440 €	292.440 €
Divisão de Urbanismo	480.338 €	154.767 €	474.561 €	157.883 €	470.297 €	189.474 €	479.305 €	264.819 €
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>								
Divisão de Saneamento Básico	1.212.917 €	380.207 €	1.490.061 €	180.474 €	1.264.943 €	504.610 €	1.230.361 €	331.653 €
Divisão de Defesa do Ambiente	1.797.596 €	501.866 €	2.112.017 €	139.698 €	2.494.661 €	324.343 €	2.054.361 €	311.741 €
Divisão Transportes e Energia	624.745 €	243.284 €	617.550 €	267.224 €	720.249 €	128.004 €	876.337 €	187.801 €
<i>Departamento Sócio-Cultural</i>								
Divisão Cultural e Turismo	1.965.897 €	48.758 €	2.775.842 €	126.073 €	2.928.602 €	44.642 €	1.147.630 €	4.998 €
Divisão de Educação e Desporto							1.546.305 €	6.793 €
TOTAL	11.550.098 €	25.338.004 €	14.020.161 €	14.935.905 €	15.539.478 €	15.240.944 €	14.742.672 €	12.704.202 €

Gráfico 10

Repartição Departamental da Despesa Corrente e de Capital *no período 2003/2006*

3.2.6 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos – POCAL, consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão.

Nele constata-se a situação financeira real de cada projecto à data de 31 de Dezembro de 2006, evidenciando no quadro seguinte os montantes de investimento previstos e executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais.

O quadro seguinte fornece a composição do PPI, para o ano de 2006, reflectindo o esforço financeiro dispendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestes, foram efectuadas intervenções, que ascendem ao valor de 10.091.690,24 euros.

QUADRO n.º 18 Resumo da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Classificação Funcional	Montantes (em euros)		Taxa Execução
	Previsto	Executado	
FUNÇÕES GERAIS			
Serviços gerais de administração pública	912.100,00	580.844,38	63,68%
Segurança e ordem públicas	159.500,00	137.791,58	86,39%
<i>Total (Funções Gerais)</i>	<i>1.071.600,00</i>	<i>718.635,96</i>	<i>67,06%</i>
FUNÇÕES SOCIAIS			
Educação	1.640.400,00	754.106,16	45,97%
Saúde	280.700,00	132.112,75	47,07%
Segurança e acção sociais	226.000,00	163.500,00	72,35%
Habituação e serviços colectivos	8.025.250,00	4.216.580,72	52,54%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	3.181.800,00	868.816,82	27,31%
<i>Total (Funções Sociais)</i>	<i>13.354.150,00</i>	<i>6.135.116,45</i>	<i>45,94%</i>
FUNÇÕES ECONÓMICAS			
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	14.000,00	6.244,03	44,60%
Indústria e energia	437.000,00	143.615,55	32,86%
Transportes e comunicações	4.386.050,00	2.966.039,84	67,62%
Comércio e Turismo	306.000,00	122.038,41	39,88%
<i>Total (Funções Económicas)</i>	<i>5.143.050,00</i>	<i>3.237.937,83</i>	<i>62,96%</i>
TOTAL	19.568.800,00	10.091.690,24	51,57%

Pela análise do quadro anterior, constatamos que o índice de realização financeira atingiu de 51,57% em 2006. Este indicador de execução do Plano Plurianual de Investimentos tem associado factores que condicionaram fortemente o seu desempenho, nomeadamente a quebra das receitas de capital, já referida anteriormente.

QUADRO n.º 19
Execução das despesas no Plano Plurianual de Investimentos em 2006

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog.	% em relação ao total do PPI
1	Funções gerais	718.636	100,00%	7,12%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	580.844	80,83%	5,76%
1.1.1	Administração geral	580.844	80,83%	5,76%
1.1.1.1	Edifícios	162.830	28,03%	1,61%
1.1.1.2	Material de transporte	134.449	23,15%	1,33%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	283.565	48,82%	2,81%
1.2.0	Segurança e ordem pública	137.792	19,17%	1,37%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	137.792	19,17%	1,37%
1.2.1.1	Bombeiros	76.457	10,64%	0,76%
1.2.1.2	Segurança pública	61.335	8,53%	0,61%
2	Funções sociais	6.135.116	100,00%	60,79%
2.1.0	Educação	754.106	12,29%	7,47%
2.1.1	Ensino não superior	754.106	12,29%	7,47%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	7.209	0,12%	0,07%
2.1.1.2	Ensino Básico	744.397	12,13%	7,38%
2.1.1.3	Educação de adultos	2.500	0,04%	0,02%
2.2.0	Saúde	132.113	2,15%	1,31%
2.2.1	Serviços individuais de saúde	132.113	2,15%	1,31%
2.3.0	Segurança e acção sociais	163.500	2,66%	1,62%
2.3.2	Acção social	163.500	2,66%	1,62%
2.4.0	Habituação e serviços colectivos	4.216.581	68,73%	41,78%
2.4.1	Habituação	948.846	4,58%	9,40%
2.4.2	Ordenamento do Território	1.737.496	28,32%	17,22%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	58.642	0,96%	0,58%
2.4.2.2	Urbanização	1.678.855	27,36%	16,64%
2.4.3	Saneamento	1.010.633	16,47%	10,01%
2.4.4	Abastecimento de água	246.144	4,01%	2,44%
2.4.5	Resíduos sólidos	52.636	0,86%	0,52%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	220.825	3,60%	2,19%
2.4.6.1	Higiene pública	0	0,00%	0,00%
2.4.6.2	Cemitérios	46.684	0,76%	0,46%
2.4.6.3	Meio Ambiente	174.141	2,84%	1,73%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	868.817	14,16%	8,61%
2.5.1	Cultura	329.716	5,37%	3,27%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	539.101	8,79%	5,34%
3	Funções económicas	3.237.938	100,00%	32,09%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	6.244	0,19%	0,06%
3.2.0	Indústria e energia	143.616	4,44%	1,42%
3.2.1	Iluminação pública	135.548	4,19%	1,34%
3.2.2	Energia	0	0,00%	0,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	8.068	0,25%	0,08%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.966.040	91,60%	29,39%
3.3.1	Transportes rodoviários	2.611.961	80,67%	25,88%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	2.611.961	80,67%	25,88%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	354.078	10,94%	3,51%
3.4.0	Comércio e turismo	122.038	3,77%	1,21%
3.4.1	Mercados e feiras	22.246	0,69%	0,22%
3.4.2	Turismo	99.792	3,08%	0,99%
TOTAL		10.091.690	100,00%	100,00%

Para melhor análise, importa mencionar que no Plano Plurianual de Investimentos, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe, ou hierarquia organizacional: ao primeiro nível encontram-se os objectivos gerais ou grandes funções; o segundo nível define os meios ou mais correntemente subfunções, através dos quais se pretendem atingir os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das subfunções, ou a forma de as executar.

No quadro anterior foi apresentada a execução do Plano Plurianual de Investimentos por funções. Neste âmbito, podemos salientar alguns objectivos e a forma como se pretendem executar, num contexto de volume dos montantes de execução envolvidos:

Assim sendo constata-se que para um Plano Plurianual de Investimentos no valor de 10.091.690,24 euros, as **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 6.135.116,45 euros, representa 60,79% do PPI. Nestas funções a área Social e Habitação e Serviços Colectivos registam 4.216.580,72 euros.

As **Funções Económicas** representam 32,09% do investimento, com um valor executado de 3.237.937,83 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 2.966.039,84 euros.

As **Funções Gerais**, que representam 7,12% das despesas do Plano Plurianual de Investimentos, apresentam um valor de 718.635,96 euros, sendo consumidas estas verbas na sua maior parte pelos serviços gerais da administração pública.

Da leitura dos valores desagregados destacam-se três grandes áreas de investimento realizado por ordem decrescente:

✓ **Habitação e serviços colectivos (41,78%)**, destacando-se intervenções no âmbito:

Habitação (9,40%), Ordenamento do Território (17,22%), Saneamento (10,01%), Abastecimento de Água (2,44%), Resíduos Sólidos (0,52%) e Protecção do meio Ambiente e Conservação da Natureza (2,19%);

✓ **Transportes e comunicações (29,39%)**, através de investimento em Transportes

Rodoviários (25,88%) e Transportes Aéreos (3,51%);

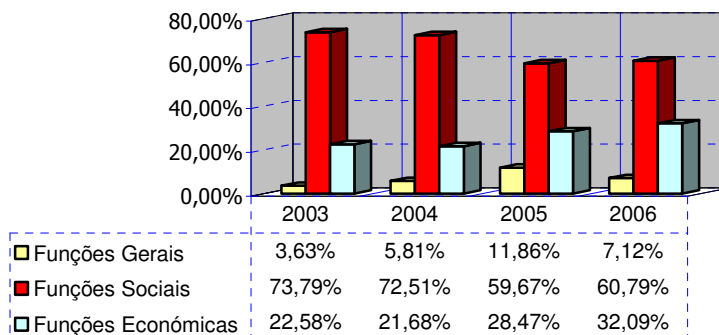
✓ **Serviços culturais, recreativos e religiosos (8,61%)**, com intervenções na área da Cultura

(3,27%) e Desporto, Recreio e Lazer (5,34%).

No que concerne à evolução da distribuição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos pelas grandes funções, o gráfico seguinte permite a sua comparação no período 2003-2006.

Gráfico 11

Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2003/2006



3.3 ANÁLISE GLOBAL

3.3.1 ESTRUTURA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas e as despesas, correntes e de capital, apresentam, no ano de 2006, a seguinte estrutura:

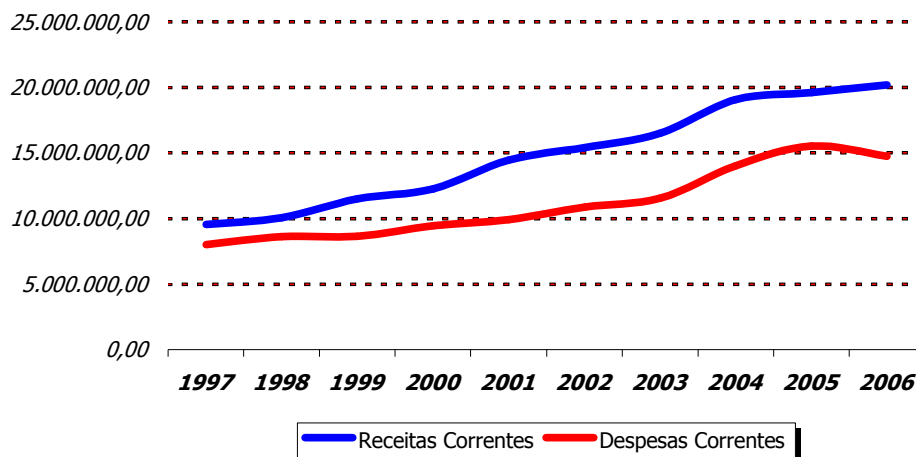
Quadro n.º 20
Estrutura da Execução Orçamental

Descrição	Valor	Coef. %
Receitas Correntes	20.189.166 €	72,85%
Receitas de Capital	7.507.687 €	27,09%
Outras Receitas	15.753 €	0,06%
<i>Total da Receita</i>	27.712.606 €	100,00%
Despesas Correntes	14.742.672 €	53,71%
Despesas de Capital	12.704.202 €	46,29%
<i>Total da Despesa</i>	27.446.875 €	100,00%

O cariz mais relevante que se extrai da estrutura da execução orçamental é o facto de as *receitas correntes superarem em 5.446.494 euros as despesas correntes, suportando uma parcela significativa do investimento* (tal como foi referido no ponto 2.2 do presente relatório).

No gráfico 12 apresenta-se a evolução das receitas correntes e das despesas correntes ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico 12
Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes
no período 1997-2006

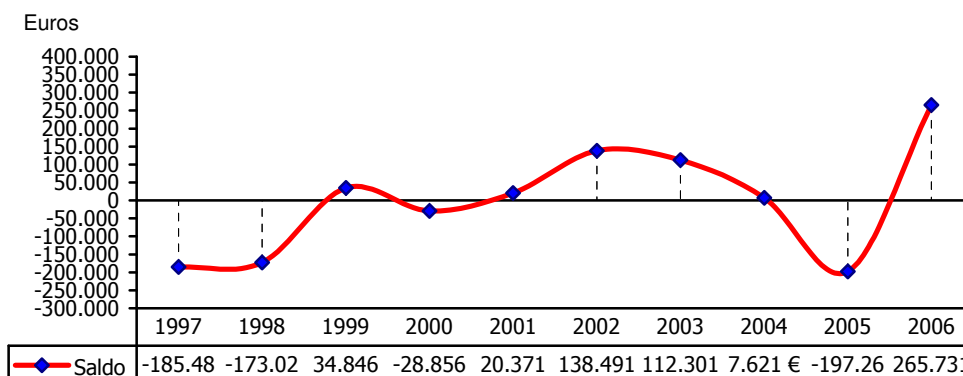


3.3.2 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2006 a Receita total cobrada líquida ascendeu, tal como já ficou anteriormente demonstrado, a 27.712.605,95 euros e a Despesa total executada a 27.446.874,57 euros, significando que durante o ano de 2006 os recebimentos superaram os pagamentos em 265.731,38 euros.

O gráfico 13 evidencia a evolução do Saldo do exercício ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico 13 – Saldo do exercício



Relativamente ao saldo da gerência de 2006, se ao saldo do exercício adicionarmos o saldo da gerência anterior de 99.977,99 euros, transita para a gerência do ano de 2006 um saldo orçamental de 365.709,37 euros. Neste contexto, concluímos que o orçamento de 2006 previa todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global.

3.3.3 RÁCIOS

De seguida apresentam-se um conjunto de Rácios, reportando-se a uma análise comparativa nos últimos cinco anos, e que podem sustentar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

QUADRO n.º 21
Rácios de Estrutura e Financeiros

<i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Rácios					
Imp. Directos / Rec. Correntes	17,4%	17,2%	22,0%	23,6%	21,8%
Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes	16,4%	21,4%	19,8%	18,6%	18,8%
Rec. Correntes / Rec. Totais	55,8%	44,7%	65,9%	64,1%	72,9%
Rec. de Capital / Rec. Totais	44,2%	55,3%	34,0%	35,8%	27,1%

<i>Rátios de Estrutura da Despesa (%)</i>	2002	2003	2004	2005	2006
Rátios					
Pessoal / Desp. Correntes	53,1%	48,8%	43,6%	40,6%	44,4%
Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes	34,5%	38,8%	40,4%	46,0%	44,4%
Investimentos / Desp. de Capital	93,0%	95,6%	90,3%	89,9%	87,5%
Passivos Financeiros / Desp. de Capital	4,2%	3,0%	5,0%	5,0%	5,8%
Desp. Correntes / Desp. Totais	39,5%	31,3%	48,4%	50,5%	53,7%
Desp. de Capital / Desp. Totais	60,5%	68,7%	51,6%	49,5%	46,3%

<i>Rátios Financeiros (%)</i>	2002	2003	2004	2005	2006
Rátios					
Pessoal / Rec. Correntes	37,3%	34,1%	32,0%	32,1%	32,5%
FGM+FCM+FBM / Desp. Totais	44,3%	34,1%	45,6%	43,7%	49,0%
Amortiz.+Juros / Desp. Correntes	13,0%	12,3%	12,6%	11,9%	13,1%
Rec. Correntes / Desp. Correntes	142,1%	143,1%	136,1%	126,2%	136,9%
Rec. de Capital / Desp. de Capital	73,3%	80,8%	66,0%	71,9%	59,1%

Por forma a completar a análise efectuada, o quadro n.º 22, que a seguir se apresenta, revela a evolução no período 2002-2006, de alguns indicadores de actividade e de estrutura:

QUADRO n.º 22 Indicadores Financeiros e de Estrutura

	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Financeiros</i>					
Receitas Fiscais					
<i>Imp.Directos+Impostos Indir.+Taxas, Multas e Outras Penalid.</i>	3.961.057 €	4.303.064 €	5.713.364 €	5.982.282 €	5.717.399 €
Receitas Próprias de Funcionamento					
<i>Receitas Totais-Transf.ºs Capital-Passivos Financeiros</i>	16.066.170 €	17.729.870 €	19.476.218 €	19.632.670 €	20.205.740 €
Autonomia Financeira					
<i>Receitas Próprias Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes</i>	5.208.668 €	6.179.772 €	5.456.057 €	4.093.192 €	5.463.068 €
Saúde Financeira					
<i>Autonomia Financeira/Receitas Próprias de Funcionamento</i>	32%	35%	28%	21%	27%
<i>Estrutura</i>					
Poupança					
<i>Corrente (Receitas Correntes/ Despesas Correntes)</i>	1,42	1,43	1,36	1,26	1,37
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital					
<i>Receitas Correntes-Despesas Correntes</i>	4.574.750 €	4.978.982 €	5.065.578 €	4.077.260 €	5.446.494 €
% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes</i>	53,1%	48,8%	43,6%	40,6%	44,4%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais</i>	21,0%	15,3%	21,1%	20,5%	23,9%

Em síntese, podemos extrair a seguinte informação:

Em trâmites financeiros:

- ❑ Uma diminuição, embora ligeira, das receitas fiscais, tendência inversa à que se vinha a verificar desde a ano de 2002;
- ❑ as receitas próprias de funcionamento, mantêm a mesma tendência de crescimento;
- ❑ a autonomia financeira teve um crescimento bastante acentuado relativamente ao ano anterior, reflectindo-se de igual forma na saúde financeira.

Nos trâmites da estrutura ou actividade:

- ❑ um aumento considerável da poupança corrente, de 2005 para 2006 em virtude do aumento das receitas correntes e diminuição das despesas com a mesma tipologia, retomando desta forma o rumo que se verificava desde 2002;
- ❑ em 2006, o encargo dos custos com o pessoal relativamente às despesas correntes sofre um aumento de 3,8%, originado em parte pela diminuição do valor total das despesas correntes, que influenciando igualmente o valor global da despesa, reflecte um impacto maior destes custos no orçamento global, de 20,5% em 2005, para 23,9% em 2006.

IV. ANÁLISE DA DÍVIDA DIRECTA DO MUNICÍPIO

4.1 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS (Base Orçamental)

A análise realizada, em termos de *Contabilidade Orçamental*, durante os anos precedentes e que nos permite, no momento, efectivar um estudo evolutivo, foi sempre numa perspectiva de Dívidas a Terceiros – Médio e Longo prazos (empréstimos contraídos junto de instituições financeiras) e Dívidas a Terceiros – Curto prazo (fornecedores - conta corrente e fornecedores de imobilizado conta - corrente).

De seguida apresentamos um quadro resumo que traduz essa mesma evolução, na última década:

QUADRO n.º 23 Evolução da Dívida do Município

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos	Dívidas a Curto prazo	TOTAL	Var. %
	<i>Empréstimos de M/L prazos</i>	<i>Empreiteiros e Fornecedores</i>		
1997	5.729.866 €	8.954.974 €	14.684.840 €	0,00%
1998	8.335.856 €	4.095.106 €	12.430.961 €	-15,35%
1999	8.817.315 €	2.443.476 €	11.260.791 €	-9,41%
2000	9.582.332 €	1.876.528 €	11.458.859 €	1,76%
2001	9.030.566 €	1.882.279 €	10.912.845 €	-4,76%
2002	9.934.183 €	3.703.219 €	13.637.402 €	24,97%
2003	12.726.380 €	1.532.287 €	14.258.667 €	4,56%
2004	11.779.321 €	2.284.256 €	14.063.578 €	-1,37%
2005	11.909.130 €	4.281.534 €	16.190.663 €	15,12%
2006	10.320.940 €	4.938.504 €	15.259.444 €	-5,75%

Da análise do mapa anterior, constata-se que nesta perspectiva, a dívida do Município ascendeu, em 2006, a 15.259.444 euros. Comparativamente com 2005 verifica-se uma diminuição de 5,75% das dívidas tidas, à data de 31 de Dezembro, para com terceiros.

O quadro seguinte evidencia os cenários previsíveis e reais se a dívida existente em Janeiro de 1998, no valor de 14.684.840,00 euros, só tivesse sofrido as alterações inerentes às actualizações anuais obrigatórias. Como tal a dívida, à data de Dezembro de 2006, teria o valor de 15.259.444,00 euros.

Actualmente, o valor total da dívida real, integrando na sua constituição empréstimos de M/L prazos, empreiteiros (fornecedores de imobilizado c/c) e fornecedores c/c, ou seja, na mesma base comparável, é de 15.259.444,00 euros, inferior em 931.219,00 euros relativamente ao ano de 2005.

QUADRO n.º 24
Evolução da Dívida total

Anos	Valor actualizado da dívida em 1-Jan-1998			
	Valor da dívida	Taxa de actualização	Valor actualizado da dívida	Valor real da dívida
	01-Janeiro		31-Dezembro	31-Dezembro
1997				14.684.840 €
1998	14.684.840 €	2,80%	15.096.015 €	12.430.961 €
1999	15.096.015 €	2,30%	15.443.223 €	11.260.791 €
2000	15.443.223 €	2,90%	15.891.077 €	11.458.859 €
2001	15.891.077 €	4,40%	16.590.284 €	10.912.845 €
2002	16.590.284 €	3,60%	17.187.534 €	13.637.402 €
2003	17.187.534 €	3,30%	17.754.723 €	14.258.667 €
2004	17.754.723 €	2,40%	18.180.836 €	14.063.578 €
2005	18.180.836 €	2,30%	18.598.996 €	16.190.663 €
2006	18.598.996 €	3,10%	19.175.565 €	15.259.444 €

4.2 EVOLUÇÃO DO STOCK DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS
(Base Patrimonial)

O endividamento autárquico é utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência das receitas próprias suportarem boa parte da componente de investimento a cargo da autarquia. A este está associada a crescente intervenção exigida aos Municípios tanto devido ao alargamento das suas competências e atribuições, como à sua capacidade interventiva no desenvolvimento sócio-económico do concelho.

Dentro dos limites que a lei impõe, o recurso ao crédito constitui uma medida autorizada que possibilita atingir os níveis de investimento desejado e previamente aprovado pela Assembleia Municipal.

Assim, este recurso está dependente de duas variáveis: por um lado do nível de receitas arrecadadas e, por outro, do volume de investimento a realizar.

De acordo com o disposto no art. 33º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, Lei que aprovou o O.E. para 2006, o endividamento municipal desse mesmo ano ficou condicionado a que os encargos anuais dos Municípios com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazo, não pudessem exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que coubesse ao Município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo Município no ano anterior. Exceptuava-se deste condicionalismo os empréstimos e as amortizações destes empréstimos destinados ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.

Durante o ano de 2006, o Município de Bragança não utilizou como fonte de financiamento o recurso a empréstimos.

Com a implementação em 2002 do novo sistema contabilístico e com possibilidade de elaborar, ao nível da contabilidade patrimonial, Balanços e Demonstração de Resultados, o valor global das Dívidas de e a terceiros passa a figurar integrando os componentes do quadro seguinte.

Convém referir que as dívidas de Utentes, através da informatização dos serviços de águas conjuntamente com os serviços de contabilidade, a partir do ano de 2004, permitiu a contabilização da facturação aquando da emissão e não somente após da sua transição para dívida, como até então se verificava.

QUADRO n.º 25 Evolução da Dívida de e para terceiros

	Valor		
	<i>31-Dez-04</i>	<i>31-Dez-05</i>	<i>31-Dez-06</i>
Dívidas de terceiros			
<i>Curto Prazo</i>			
Utentes c/c	302.272,21 €	238.650,29 €	258.191,50 €
Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	31.008 €	28.450 €	24.131 €
Estado e Outros Entes Públicos	24.427 €	24.427 €	24.427 €
Outros Devedores	37.714 €	89.882 €	1.903.618 €
TOTAL	395.422 €	381.409 €	2.210.367 €
Dívidas a terceiros			
<i>Médio e Longo prazos</i>			
Instituições Financeiras	11.779.321 €	11.909.130 €	10.320.940 €
Fornecedores de Imobilizado c/c	752.587 €	628.102 €	983.967 €
<i>Curto prazo</i>			
Fornecedores c/c	308.224 €	270.585 €	1.006.595 €
Fornecedores de imobilizado c/c	1.976.033 €	4.010.948 €	3.931.909 €
Estado e outros entes públicos	82.573 €	102.248 €	100.975 €
Administração Autárquica	0 €	45.000 €	26.000 €
Outros credores	28.123 €	30.199 €	54.936 €
Credores de Cauções	836.081 €	884.385 €	906.795 €
TOTAL	15.762.942 €	17.880.597 €	17.332.116 €

Relativamente ao ano de 2006 são as *Dívidas de Terceiros* têm um incremento significativo, este aumento é justificado na sua quase totalidade pelo aumento da dívida de *Outros devedores* cuja contabilização de alguns projectos reflecte homologações que ocorreram durante o ano de 2006. A regularização de todos os projectos com subsídios ao investimento ainda não contabilizados continua a ser efectuada para que estas dívidas sejam reflectidas tendo em consideração a data da homologação da atribuição de verbas e não o seu recebimento, conforme preconiza a Direcção Geral das Autarquias Locais.

Porém este mesmo sistema, integrador de um processo de contabilidade patrimonial das autarquias locais, evidencia as dívidas para com terceiros respeitando a estrutura do próprio Balanço (acresce as componentes Estado e outros entes públicos, Outros credores e Credores de Cauções).

QUADRO n.º 26**Estrutura da Dívida a Terceiros em 2006**

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos	Dívidas a Curto prazo	TOTAL	Var. %
	<i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c</i>	<i>Fornecedores c/c, Fornecedores de imobilizado c/c, FOEP, O. Credores e Credores de Cauções</i>		
2002	9.934.183 €	4.306.826 €	14.241.009 €	---
2003	13.678.272 €	2.516.800 €	16.195.072 €	13,72%
2004	12.531.909 €	3.231.034 €	15.762.942 €	-2,67%
2005	12.537.232 €	5.343.365 €	17.880.597 €	13,43%
2006	11.304.907 €	6.027.209 €	17.332.116 €	-3,07%

Para a diminuição da dívida global em 2006, na ordem dos 3,07%, em valores nominais 548.481 euros, contribuíram em 9,83% (1.232.325 euros) a diminuição as dívidas de médio e longo prazo, dado que as dívidas de curto prazo sofreram no mesmo período um incremento de 12,80%, ou seja, em valores absolutos, 683.844 euros.

4.3 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Neste sub-ponto do capítulo 4 proceder-se-à à análise da repercussão da dívida bancária (empréstimos de m/l prazos) relativamente à capacidade legal de endividamento da autarquia em 2006. Para este mesmo ano, as características do endividamento municipal decorrem do preceituado na Lei das Finanças Locais (LFL), conjugado com o disposto no art. 33º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2006). Assim, a capacidade líquida de endividamento é:

QUADRO n.º 27**Capacidade Líquida de Endividamento 2005-2006**

	2005	2006
1 Amortizações	1.385.192,75 €	1.335.599,46 €
2 Juros	259.902,62 €	280.455,14 €
3 Serviço da Dívida (1+2)	1.645.095,37 €	1.616.054,60 €
4 1/8 dos FBM + FGM + FCM	1.682.721,25 €	1.682.721,25 €
4' 10% do Investimento realizado do ano anterior	1.128.025,18 €	1.091.997,62 €
5 Limite da Capacidade de Endividamento (o maior dos limites: 4 ou 4')	1.682.721,25 €	1.682.721,25 €
6 Capacidade Líquida de Endividamento (5-3)	37.625,88 €	66.666,65 €
7 Índice da Capacidade de Endividamento (6/5)	2,2%	4,0%

O quadro n.º 27 evidencia, para o ano de 2006, que o limite de endividamento não foi atingido uma vez que o valor efectivamente pago com amortizações e juros, 1.616.054,60 euros foi inferior a um dos limites

da capacidade de endividamento, respectivamente 1.682.721,5 euros, assim resulta um índice da capacidade de endividamento de 4,0%. O cumprimento deste limite, é calculado sem se considerar no serviço da dívida os empréstimos contraídos para execução de projectos participados por fundos comunitários que se encontram devidamente identificados com isentos dos limites de endividamento, no mapa de empréstimos obtidos. No que concerne ao serviço da dívida na sua componente amortizações, embora os pagamentos efectuados sejam no valor de 1.588.189,82 euros, só são contabilizados 1.335.599,46 euros, na sua componente juros, perfazendo os pagamentos 338.421,13 euros só são contabilizados 280.455,14 euros, assim o serviço da dívida atingiu na sua globalidade em 2006, o valor de 1.616.054,60 euros.

Ao se proceder à análise do Serviço da dívida devemos ter presente que a mesma constitui um custo efectivo dos serviços prestados aos munícipes originado pelo decorrer das atribuições municipais. A informação do quadro anterior evidencia, como referido, as despesas do serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

No que concerne à evolução do índice da capacidade de endividamento no referido período, podemos concluir que este aumento (de 2,2% para 4,0%) resulta exclusivamente da diminuição do serviço da dívida em 2006, com o valor 29.040,77 euros.

V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

5.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado por forma a permitir o seu equilíbrio, $\text{Activo} = \text{Fundos Próprios} + \text{Passivo}$. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Activo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objectivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2005 e 2006.

QUADRO n.º 28**Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético**

	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ACTIVO						
Activo Fixo						
Bens de domínio Público	74.165.752,79	62,09%	79.172.520,73	62,13%	5.006.767,94	6,75%
Imobilizações incorpóreas	124.468,43	0,10%	116.671,34	0,09%	-7.797,09	-6,26%
Imobilizações corpóreas	39.394.379,78	32,98%	38.813.310,59	30,46%	-581.069,19	-1,48%
Investimentos financeiros	3.864.193,19	3,23%	4.447.055,46	3,49%	582.862,27	15,08%
Total (Activo Fixo)	117.548.794,19	98,41%	122.549.558,12	96,16%	5.000.763,93	4,25%
Activo Circulante						
Existências	230.264,12	0,19%	230.862,47	0,18%	598,35	0,26%
Dívidas de Terceiros	381.408,94	0,32%	2.210.367,46	1,73%	1.828.958,52	479,53%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.070.603,55	0,90%	1.356.814,55	1,06%	286.211,00	26,73%
Total (Activo Circulante)	1.682.276,61	1,41%	3.798.044,48	2,98%	2.115.767,87	125,77%
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	174.844,31	0,15%	1.039.642,22	0,82%	864.797,91	494,61%
Custos diferidos	46.576,25	0,04%	50.577,35	0,04%	4.001,10	8,59%
TOTAL (ACTIVO)	119.452.491,36	100,00%	127.437.822,17	100,00%	7.985.330,81	6,68%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios						
Património	61.387.936,84	51,39%	64.275.340,96	50,44%	2.887.404,12	4,70%
Reservas legais	1.334.502,60	1,12%	1.469.583,49	1,15%	135.080,89	10,12%
Doações	64.749,00	0,05%	87.749,00	0,07%	23.000,00	35,52%
Resultados Transitados	15.755.375,61	13,19%	14.090.800,99	11,06%	-1.664.574,62	-10,57%
Resultados Líquido do Exercício	2.701.617,73	2,26%	6.205.479,61	4,87%	3.503.861,88	129,69%
Total (Fundos Próprios)	81.244.181,78	68,01%	86.128.954,05	67,59%	4.884.772,27	6,01%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	2.717.909,98	2,28%	2.992.947,77	2,35%	275.037,79	10,12%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	12.537.232,09	10,50%	11.304.907,16	8,87%	-1.232.324,93	-9,83%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	5.343.365,28	4,47%	6.027.209,17	4,73%	683.843,89	12,80%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	810.389,16	0,68%	781.355,69	0,61%	-29.033,47	-3,58%
Proveitos Diferidos	16.799.413,07	14,06%	20.202.448,33	15,85%	3.403.035,26	20,26%
TOTAL (Passivo)	38.208.309,58	31,99%	41.308.868,12	32,41%	3.100.558,54	8,11%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	119.452.491,36	100,00%	127.437.822,17	100,00%	7.985.330,81	6,68%

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 7.985.330,81 euros, ou seja 6,68%, repartida pelas seguintes rubricas:

ACTIVO FIXO – apresenta um crescimento em valores absolutos de 5.000.763,93. A rubrica com crescimento mais acentuado foi a de *Bens de Domínio Público* com 5.006.767,94 euros que contribuiu quase exclusivamente para que o activo fixo apresentasse um crescimento de 4,25% relativamente ao ano anterior. Este contributo é explicado pelo peso que representa na estrutura do activo com 62,13% em 2006. Pela análise deste agregado concluímos que a sua principal componente são os Bens de Domínio Público com um peso quase idêntico nos anos de 2005 e 2006, de aproximadamente 62% e o *Imobilizado Corpóreo* com 32,98% em 2005 e 30,46% em 2006.

ACTIVO CIRCULANTE – apresenta uma variação de 125,77% em relação ao ano anterior. Visto que as *Existências* representam um valor insignificante na estrutura do Balanço, são as *Dívidas de Terceiros* com um aumento de 1.828.958,52 euros que contribuíram significativamente para o incremento de 2.115.767,87 euros deste agregado. Este aumento, como já tinha sido referido, é justificado na sua quase totalidade pelo aumento da dívida de *Outros devedores* cuja contabilização de alguns projectos reflecte homologações que ocorreram durante o ano de 2006. As *Disponibilidades* que em 2006 representam 1,06% da estrutura do activo com 1.356.814,55 euros, no período em análise crescem 286.211,00 euros.

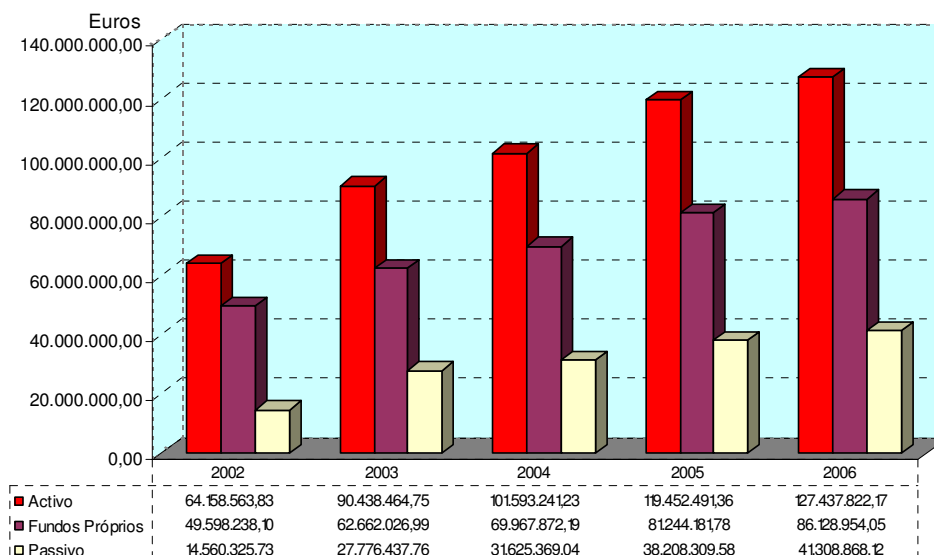
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um aumento relativamente ao ano anterior de 864.797,91 euros e os *custos diferidos* com um crescimento de 4.001,10 euros. A rubrica de *acréscimos de proveitos* é constituída por proveitos de 2006 cujo recebimento só se concretiza em 2007, principalmente impostos (IMI, IMT e os impostos abolidos), transferências correntes do Estado e rendas. Aos *custos diferidos* estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos.

FUNDOS PRÓPRIOS - Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 6,01%, em resultado do incremento do Património e das Reservas e do aumento em 129,69% do Resultado Líquido do Exercício;

PASSIVO – Tendo sofrido um aumento de 8,11%, o agregado mais representativo com 15,85%, foi o que contribuiu principalmente para esta variação, estamos-nos a referir ao aumento dos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 3.403.035,26 euros. No que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de ML e curto prazo, representa em 2006, 13,60% do Passivo, com uma diminuição relativamente a 2005 de 3,07%, representou em valores absolutos menos 548.481,04 euros. O passivo exigível a médio e longo prazo foi o que apresentou uma diminuição mais significativa, de 1.232.324,93 euros.

Numa perspectiva evolutiva, o gráfico seguinte reflecte o montante global do Balanço no período 2002-2006

Gráfico 14
Evolução do Balanço no período 2002-2006

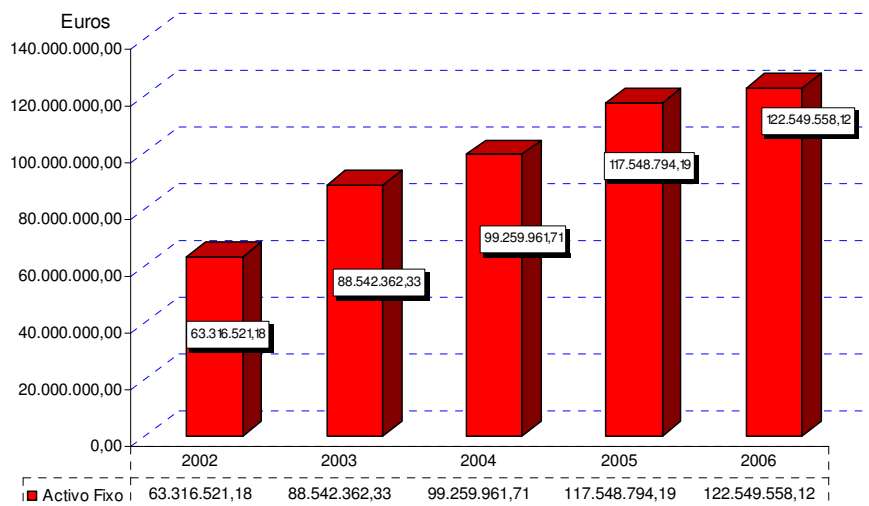


5.1.1 ESTRUTURA DO ACTIVO

A variação que maior peso tem sobre a estrutura do activo, em termos absolutos, é o imobilizado (com um crescimento bruto de 10.112.046,16 e um crescimento líquido de 5.111.282 euros). Disto nos é dado conta nos Anexos às Demonstrações Financeiras - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

Considerando o papel fundamental que o activo fixo, ou imobilizado, representa na composição do activo, apresenta-se no gráfico seguinte a sua evolução no período de 2002 a 2006.

Gráfico 15
Evolução do Activo Fixo no período 2002-2006



Os Gráficos seguintes espelham a composição do Activo nos anos de 2005 e 2006.

Gráfico 16
Estrutura do Activo 2005

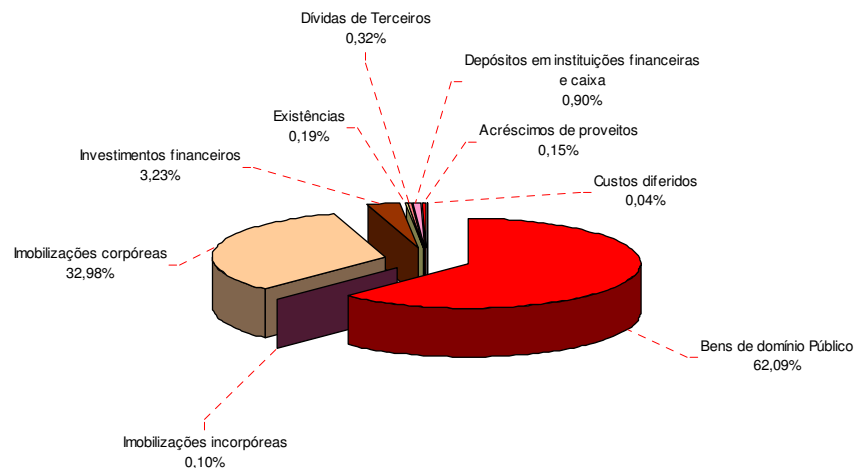
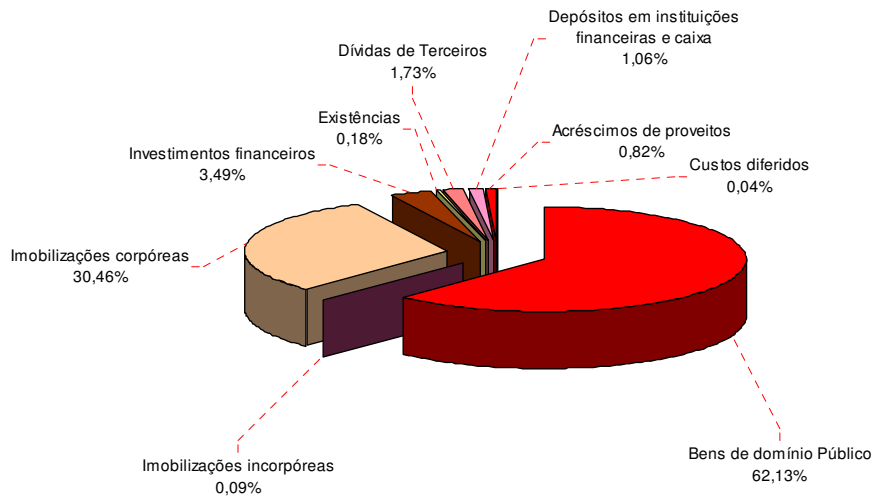


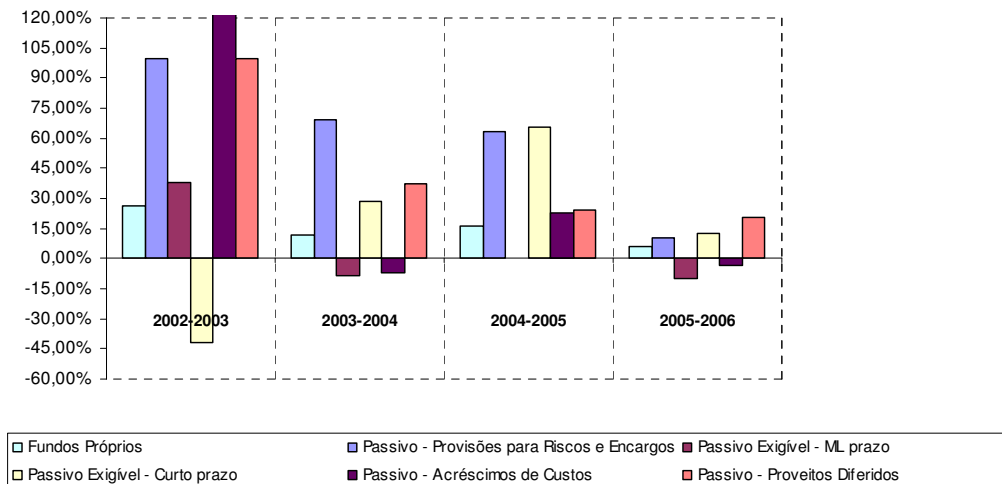
Gráfico 17
Estrutura do Activo 2006



5.1.2 ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2002 a 2006. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de "acréscimos de custos", "proveitos diferidos" e "provisões para riscos e encargos" pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

Gráfico 18 – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no período 2002-2006



Os gráficos que a seguir se apresentam, mostram a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, em 2005 e 2006.

Gráfico 19 - Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2005

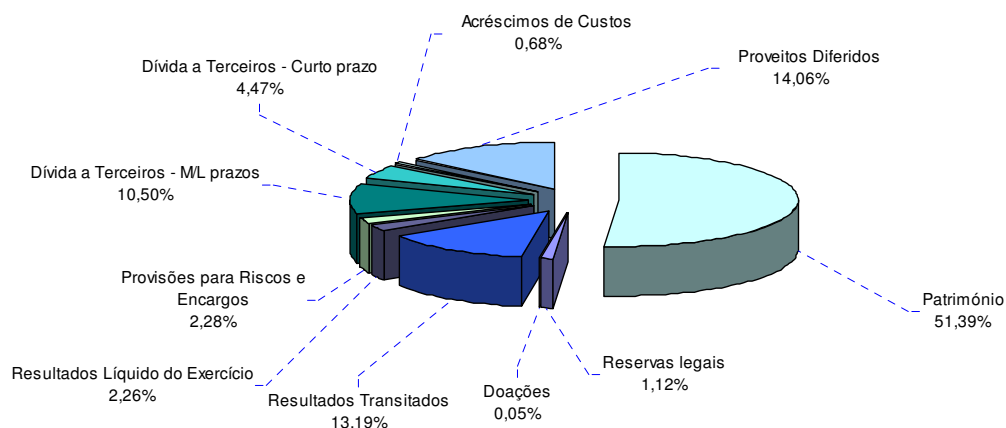
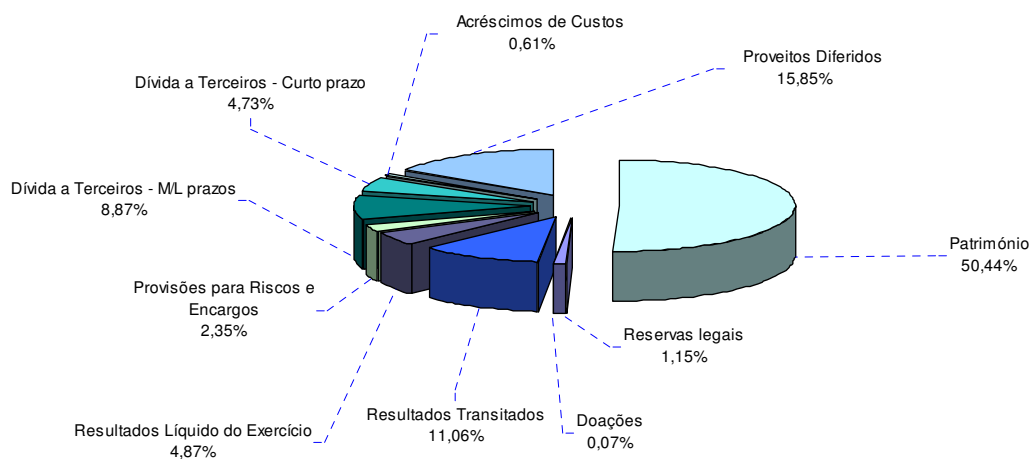


Gráfico 20 - Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2006



A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

5.1.3 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Activo e ao nível do Passivo, apresentam, para o ano de 2006, na sua constituição a seguinte estrutura:

QUADRO n.º 29
Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2006

<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	<i>2006</i>
<i>ACTIVO</i>	
Acréscimos de proveitos	1.039.642 €
Custos Diferidos	50.577 €
TOTAL	1.090.220 €
<i>PASSIVO</i>	
Acréscimos de custos	781.356 €
Proveitos Diferidos	20.202.448 €
TOTAL	20.983.804 €

Ao nível do Activo os acréscimos e diferimentos resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de Dezembro de 2006, originando 1.039.642 euros de acréscimos de proveitos e 50.577 euros de custos que devem ser reconhecidos para exercício de 2007.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 781.356 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios.

Os proveitos diferidos registam à data de 31 de Dezembro de 2006, o saldo de 20.202.448 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a activos amortizáveis. Como já foi referido em justificações anteriores, no ano de 2006 iniciou-se a contabilização de subsídios ao investimento com projecto homologados no exercício, independentemente da sua data de recebimento.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Bragança apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2006, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 6.205.479,61 euros, constituído pelos seguintes resultados:

QUADRO n.º 30
Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2006

	2005	2006	variação %
Resultados Operacionais (1)	4.918.308 €	6.998.820 €	42,30%
Resultados Financeiros (2)	736.161 €	1.553.273 €	111,00%
Resultados Correntes (3) = 1+2	5.654.469 €	8.552.093 €	51,24%
Resultados Extraordinários (4)	-2.952.852 €	-2.346.613 €	-20,53%
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4	2.701.618 €	6.205.480 €	129,69%

O bom desempenho do Resultado Líquido do Exercício no ano de 2006 resulta:

- do excelente desempenho registado ao nível dos *Resultados Operacionais* e *Resultados Financeiros*, que contribuíram em cerca de 81,848% e 18,16%, respectivamente, para a formação dos Resultados Correntes, que sofreram em 2006 um acréscimo muito significativo de 2.897.624 euros;
- os *Resultados Extraordinários* que no ano de 2006 apresentam o valor de -2.346.613,00 euros contribuíram com -20,53%, para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Resultados Operacionais

O conjunto de proveitos que integram os *Proveitos Operacionais*, que ascendem 24.082.556 euros e representam 97,34% dos Proveitos totais da Autarquia, são condicionados pelo desempenho conseguido ao nível das *Vendas e Prestações de Serviços* (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, electricidade, transportes públicos, etc.) dos *Impostos e Taxas* (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e das *Transferências e Subsídios Obtidos* (Fundos Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira).

Em termos de *Custos Operacionais*, que representam a 84,61% dos Custos totais suportados pela Autarquia, da sua composição destacam-se os *Custos com o Pessoal*, com 37,18%, os *Fornecimentos e*

Serviços Externos, que representam 33,57%, as *Amortizações do Exercício*, com um peso de 15,11% e as *Transferências e Subsídios Correntes concedidos e Prestações Sociais*, a deterem 5,01%

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

QUADRO n.º 31
Evolução da Estrutura dos Proveitos Operacionais

	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	3.496.753 €	15,3%	3.996.876 €	16,6%	500.123 €	14,30%
Impostos e Taxas	5.307.855 €	23,2%	5.326.156 €	22,1%	18.302 €	0,34%
Proveitos suplementares	24.707 €	0,1%	30.772 €	0,1%	6.065 €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.063.549 €	61,4%	14.728.752 €	61,2%	665.203 €	4,73%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	22.892.864 €	100,00%	24.082.556 €	100,00%	1.189.692 €	5,20%

QUADRO n.º 32
Evolução da Estrutura dos Custos Operacionais

	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.347.383 €	7,50%	1.265.498 €	7,41%	-81.884 €	-6,08%
Fornecimentos e Serviços Externos	5.480.806 €	30,49%	5.735.270 €	33,57%	254.465 €	4,64%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.463.107 €	35,96%	6.351.529 €	37,18%	-111.578 €	-1,73%
Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.354.367 €	7,53%	855.143 €	5,01%	-499.225 €	-36,86%
Amortizações do exercício	2.243.418 €	12,48%	2.581.161 €	15,11%	337.743 €	15,05%
Provisões do exercício	1.061.377 €	5,90%	275.973 €	1,62%	-785.404 €	-74,00%
Outros Custos Operacionais	24.098 €	0,13%	19.162 €	0,11%	-4.936 €	-20,48%
TOTAL (Custos Operacionais)	17.974.556 €	100,00%	17.083.736 €	100,00%	-890.820 €	-4,96%

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros montam, no ano de 2006, a 1.553.272,70 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Os Proveitos Financeiros integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, rendimentos de imóveis e rendimentos de participações de capital. Os valores por estes obtidos atingiram os 1.892.449,01 euros, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros no valor de 339.176,31 euros.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2006, ao valor negativo de 2.346.613,11 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Proveitos Extraordinários 421.744,75 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 2.768.357,86 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

5.3 RÁCIOS

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

QUADRO n.º 33
Evolução e Estrutura dos Rácios

	2005	2006
Liquidez Geral	31%	63%
Liquidez Reduzida	27%	59%
Liquidez Imediata	20%	23%
Prazo de Segurança de Liquidez	8%	21%
Endividamento	15%	14%
Estrutura do Endividamento	4%	5%
Cobertura dos Encargos Financeiros	266%	363%
Autonomia Financeira	313%	308%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	80%	80%
Rendibilidade do Capital Próprio	3%	7%

- **Rácio de Liquidez Geral** - mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- **Rácio de Liquidez Reduzida** - tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro, ou pelo menos que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.

- **Rácio de Liquidez Imediata** - revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** - indica o grau em que o activo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** - permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua actividade.
- **Estrutura do Endividamento** - revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.
- **Cobertura dos Encargos Financeiros** - mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da actividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** - mede a autonomia financeira da entidade face aos respectivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** - mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** - reflecte a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efectuada na perspectiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respectivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Em face dos rácios alcançados para o ano de 2006, comparativamente ao ano de 2005, tais valores surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- Um incremento de 125,77% do Activo Circulante (em 2005 registava um valor absoluto de 1.682.276,61 euros e em 2006 monta a 3.798.044,48 euros);
- Um aumento de 12,80% do Passivo Circulante, (com o valor de 5.343.365,28 euros em 2005 e 6.027.209,17 euros em 2006);

- Um acréscimo de 26,73% do Disponível (em 2005 registava um valor de 1.070.603,55 euros e em 2006 de 1.356.814,55 euros);
- Uma diminuição de 4,96% dos Custos e Perdas Operacionais (em 2005 registava um valor absoluto de 17.974.55,54 euros e em 2006 monta a 17.083.735,89 euros);
- Um aumento de 42,30% dos Resultados Operacionais (com o valor de 4.918.308,41 euros em 2005 e 6.998.820,02 euros em 2006);
- Uma diminuição de 3,07% das Dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazos (em 2005 registava um valor de 17.880.597,37 euros e em 2006 de 17.332.116,33 euros);
- Um crescimento de 6,68% dos Fundos Próprios e Passivo (em 2005 registava um valor absoluto de 119.452.491,36 euros e em 2006 monta a 127.437.822,17 euros);
- Um acréscimo de 3,89% dos Capitais permanentes (em 2005 registava um valor de 93.781.413,87 euros e em 2006 de 97.433.861,21 euros);
- Um acréscimo de 129,69% dos Resultados Líquidos (em 2005 registava um valor de 2.701.617,73 euros e em 2006 de 6.205.479,61 euros);
- Um crescimento de 4,18% dos Encargos Financeiros (com o valor de 1.849.292,80 euros em 2005 e 1.926.610,95 euros em 2006);
- Um crescimento de 4,25% Imobilizado Líquido (em 2005 registava um valor absoluto de 117.548.794,19 euros e em 2006 monta a 122.549.558,12 euros).

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, *a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:*

- a) Reforço de Património;*
- b) Constituição ou reforço de reservas.*

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que *deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.*

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o *Resultado Líquido do Exercício* económico de 2006, no montante de *6.205.479,61 euros*, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	310.273,98 euros
Reforço do Património	5.895.205,63 euros
<i>TOTAL</i>	<i>6.205.479,61 euros</i>

VII. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Reorganizados os serviços em 2005, definidos os objectivos estratégicos em função da Missão que cabe a cada elemento da macroestrutura, podemos afirmar hoje, estar o Município com um quadro de pessoal capaz de responder aos objectivos traçados para 2007.

Apesar das limitações impostas pelo Orçamento de Estado, para o ano de 2006, no que refere à despesa com pessoal nas Autarquias, mantendo-a ao nível do verificado em 2005, foi possível desenvolver a actividade municipal dentro dos parâmetros definidos, sem constrangimentos nos serviços prestados aos munícipes.

Da gestão dos recursos humanos e no respeito pelo imposto no Orçamento do Estado, resultou um decréscimo da despesa com remunerações certas e permanentes e abonos variáveis e eventuais, excluindo a actualização de vencimentos e outras despesas obrigatórias incluídas nesta rúbrica orçamental e imposta por Lei.

É de notar um acréscimo de despesa com a rúbrica da segurança social (19,52%) em resultado do aumento da percentagem dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações (de 10% para 13%), para além dos encargos na assistência médica e medicamentosa dos funcionários e familiares com o pagamento obrigatório da facturação apresentada pela A.D.S.E.

O Município de Bragança integra:

QUADRO n.º 34
Mapa de Pessoal em exercício de funções
Resumo
Situação em 31/12/2006

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Executivo				4	4	4	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal				3	4	3	3	3
Pessoal do Quadro	361	364	372	362	361	354	354	358
Dirigente				12	12	11	11	9
Chefia				11	14	13	13	13
Técnico Superior				14	14	14	19	21
Informática				1	3	3	3	4
Técnico				5	7	7	7	7
Técnico Profissional				21	21	21	21	26
Administrativo				47	42	41	44	44
Operário				111	109	109	106	103
Auxiliar				140	139	135	130	131
Pessoal em qualquer outra situação	28	33	25	23	23	44	48	27
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89	24	29	22	17	13	25	34	16
Pessoal Eventual	3	3	2	2	1	1	1	1
Pessoal Contrato de Provisão	0	0	0	0	3	12	9	6
Pessoal Requisitado	1	1	1	2	4	4	3	3
Prestação de Serviços (Consultadoria)				2	2	2	1	1
TOTAL	389	397	397	392	392	405	409	392

QUADRO n.º 35**Contagem de Efectivos segundo o Grupo Profissional, Sexo e Relação Jurídica de Emprego**

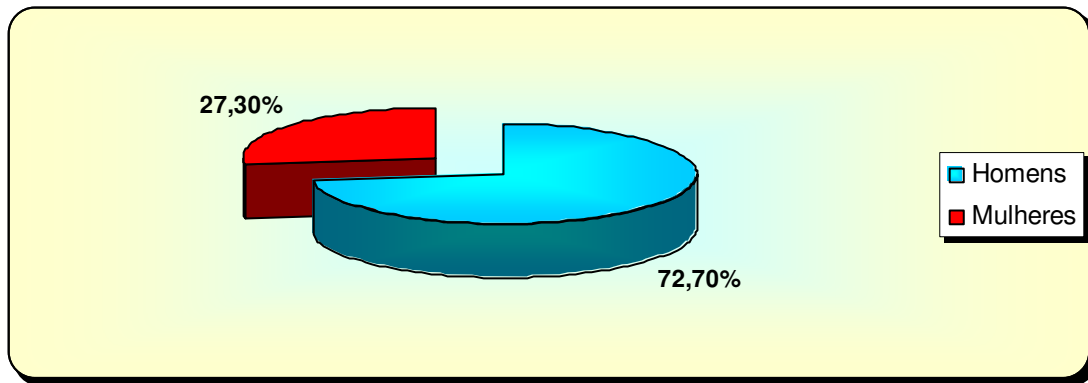
Dados reportados a 31 de Dezembro de 2006

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	Total
Total de Efectivos	H	10	21	3	2	20	25	89	115	0	285
	M	3	12	1	5	6	33	15	32	0	107
	T	13	33	4	7	26	58	104	147	0	392
Nomeação	H	5	13	3	2	20	25	88	106	0	262
	M	1	8	1	5	6	33	15	25	0	94
	T	6	21	4	7	26	58	103	131	0	356
Contrato Administrativo de Provimento	H	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
	M	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	T	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Contrato de Trabalho a Termo Certo	H	0	0	0	0	0	0	0	9	0	9
	M	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
	T	0	0	0	0	0	0	0	16	0	16
Prestação de Serviços	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Requisição ou Destacamento	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Outras Situações	H	5	2	0	0	0	0	1	0	0	8
	M	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	T	7	2	0	0	0	0	1	0	0	10

O total de efectivos (**392**) refere-se a todos os efectivos que desenvolvem a sua actividade na Câmara Municipal de Bragança, assim distribuídos:

- Executivo e Gabinete de Apoio – **7**;
- Todos os Grupos de Pessoal que constituem o Quadro - **356**;
- Contratos administrativos de provimento - **6**;
- Contratados a termo certo - **16**;
- Eventuais - **1**;
- Pessoal em Regime de Requisição para desenvolvimento de trabalho específico – **3**;
- Prestadores de Serviços de Consultadoria – **1**;
- Dirigentes em Comissão de Serviço pertencentes ao Quadro da Administração Pública – **2**.

Gráfico 21
Efectivos segundo o sexo



QUADRO n.º 36

Mapa dos lugares ocupados do pessoal Contratado

NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 427/89, DE 7 DE DEZEMBRO

Resumo por Carreiras	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Técnicos Superiores	2	4	4	3	4	5	6	0
Técnicos	0	0	0	1	1	0	0	0
Técnicos Profissionais	0	1	2	3	1	2	1	0
Administrativos	1	1	1	4	3	0	0	0
Operário	0	1	1	0	0	1	0	0
Auxiliar	1	0	1	2	4	17	23	16
Ensino	0	0	0	0	0	0	4	0
TOTAL....	4	7	9	13	13	25	34	16

QUADRO n.º 37

Mapa dos lugares ocupados do Pessoal Eventual

Categoria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pintor	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL.....	1	1	1	1	1	1	1	1

QUADRO n.º 38

Número de promoções e ingressos no Quadro Privativo

Categoria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Progressões				60	88	79	34	0
Promoções	16	46	2	14	32	56	13	4
Ingressos	13	7	10	6	15	7	8	21
Reclassificação	0	35	46	16	0	2	1	1
Transferência	1	2	2	1	2	1	0	0
Requisição	1	2	1	2	2	0	0	3
TOTAL.....	31	92	61	99	139	145	56	29

- 1- Com a publicação da Lei nº.43/2005, de 29 de Agosto, que determinou a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão, até 31 de Dezembro de 2006, ficaram congeladas as progressões nas carreiras.
- 2- Com a publicação da Lei nº. 60-A/2005 de 30 de Dezembro, que veio limitar as despesas com o pessoal ao nível verificado em 2005, não foi possível efectuar promoções de pessoal, mantendo-se os concursos abertos antes da publicação desta Lei.

QUADRO n.º 39**Formação de Pessoal – Acções de Formação e Cursos**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Número de Funcionários	20	16	93	178	23	40	40	27
Importância Dispendida	14 455,00 €	5 114,83 €	5 742,66 €	5 352,00 €	2.325,00 €	7.040,00 €	19.445,00 €	9.528,00 €

QUADRO n.º 40**Participações em acções de formação**

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2006

Tipo de Acção	Sexo	Dirigente e Chefia	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	Total
Número total das Participações	H	1	10	2	1	1	0	0	3	0	18
	M	0	5	0	3	0	1	0	0	0	9
	T	1	15	2	4	1	1	0	3	0	27
Acções do tipo interno	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acções do tipo externo	H	1	10	2	1	1	0	0	3	0	18
	M	0	5	0	3	0	1	0	0	0	9
	T	1	15	2	4	1	1	0	3	0	27
Número total de horas	H	15	4560	45	7	6	0	0	54	0	4687
	M	0	1548	0	33	0	15	0	0	0	1596
	T	15	6108	45	40	6	15	0	54	0	6283
Número de horas em Acções internas	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de horas em Acções externas	H	15	4560	45	7	6	0	0	54	0	4687
	M	0	1548	0	33	0	15	0	0	0	1596
	T	15	6108	45	40	6	15	0	54	0	6283

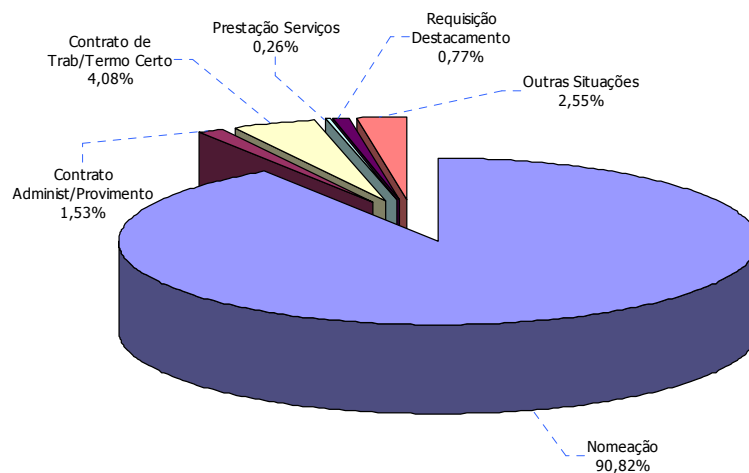
Durante o ano de 2006 e numa perspectiva de contenção de despesas tendo como referencia o ano de 2005 optou-se por um investimento formativo no pessoal técnico superior e técnico, aumentando o

número de horas de formação com menores custos. Contribuindo assim para uma melhoria técnica dos serviços.

Deu-se continuidade ao processo formativo no âmbito da certificação aos funcionários dos serviços envolvidos.

Iniciou-se o processo formativo e da realização dos planos de emergência interna nas escolas do 1º Ciclo do ensino básico, jardins de infância e edifícios municipais.

Gráfico 22
Efectivos segundo a relação jurídica de emprego



QUADRO n.º 41
Absentismo (n.º de dias)

<i>Categoria</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Masculino	3.951	4.893	4.665	4.483	6.765	6.009	5.481
Feminino	1.310	1.346	1.767	2.311	2.714	2.981	2.265
TOTAL.....	5.261	6.239	6.432	6.794	9.479	8.990	7.746

Ao número das faltas contabilizado (7.746) para cálculo do absentismo foram incluídas, à excepção das férias, todo o tipo de faltas, nomeadamente:

- Casamento;
- Maternidade e Paternidade;
- Nascimento;
- Falecimento de Familiar;
- Doença;
- Doença prolongada;
- Assistência a familiares;
- Trabalhador estudante;
- Por conta do período de férias;
- Por perda de vencimento.

- Se considerarmos que a doença prolongada (2.986 dias) se distribui por 36 funcionários;
- Se considerarmos ainda que, só 12 funcionários têm 2.944 dias de faltas por doença prolongada, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas, para verificação da mesma, em média de 4/5 meses, podemos considerar que grande parte do absentismo em 2006, é resultante desta demora.
- Em 2005 o número de faltas por doença prolongada foi de 3,199 dias, para 45 trabalhadores.

QUADRO n.º 42
Evolução percentual do Absentismo

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
5,70%	6,59%	6,83%	6,64%	8,97%	8,42%	7,57%

Este rácio indica, para o ano de 2006, a percentagem de faltas, num total de 261 dias de trabalho/ano, relativamente a um total de 392 funcionários efectivos.

Gráfico 23
Evolução percentual do Absentismo

